



ICATU SEGUROS S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2025





Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2025

Índice

Relatório da administração	. 03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	
Balanços patrimoniais	. 13
Demonstrações dos resultados	. 15
Demonstrações dos resultados abrangentes	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	. 18
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	. 19
Conselho de administração	86



Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

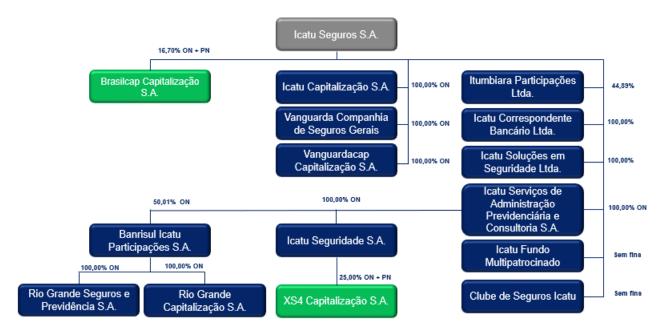
Senhores acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) da **Icatu Seguros S.A.** (Companhia), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) — Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) — Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Nessas Demonstrações, a Icatu Seguros S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. suas controladas e coligadas, conforme demonstrado a seguir:





2. Desempenho das operações de seguros e previdência complementar aberta

A Companhia continua sua trajetória de crescimento, apresentada no ano anterior, como podemos ver a seguir:

2.1. Operação e patrimônio

Em 30 de junho de 2025, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 59.326.306 (R\$ 57.342.647 em 31 de dezembro de 2024), representando um aumento de 3,5%. O patrimônio líquido, em 30 de junho de 2025, atingiu o montante de R\$ 2.094.008 (R\$ 2.008.291 em 31 de dezembro de 2024).

2.1.1. Seguros

No primeiro semestre de 2025, os prêmios emitidos foram de R\$ 2.425.453 (R\$ 1.989.004 no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 21,9% (20,7% em 2024).

Os sinistros ocorridos foram de R\$ 764.474 no primeiro semestre de 2025 (R\$ 681.539 no mesmo período do ano anterior). O índice de sinistralidade ficou em 34,6% em 2025 (38,2% em 2024).

Os custos de aquisição foram de R\$ 763.246 no primeiro semestre de 2025 (R\$ 603.268 no mesmo período do ano anterior). O índice de comissionamento ficou em 34,6% em 2024 (33,8% em 2024).

2.1.2. Previdência

Durante o primeiro semestre de 2025, as rendas com taxa de gestão foram de R\$ 51.376 (R\$ 44.396 no mesmo período do ano anterior), um aumento de 15,7% (um aumento de 9,7% no mesmo período do ano anterior). Os custos de aquisição foram de R\$ 48.201 (R\$ 52.669 em 2024), representando uma redução de 8,5% (redução de 5,2% no mesmo período do ano anterior).

No primeiro semestre de 2025, a captação líquida na linha de previdência foi uma cessão de R\$ 1.991.051 (captação positiva de R\$ 232.571 no mesmo período anterior), sendo R\$ 4.594.722 (R\$ 4.752.886 no mesmo período do ano anterior) de valores que ingressaram na Companhia, oriundos do mercado, e R\$ 6.585.773 (R\$ 4.520.315 no mesmo período do ano anterior) de valores que saíram da Companhia por resgates e portabilidades. Já os valores pagos em benefícios aos segurados foram de R\$ 1.839.691 no primeiro semestre de 2025 (R\$ 1.576.222 no mesmo período do ano anterior).

2.2. Despesas administrativas

No primeiro semestre de 2025, as despesas administrativas foram de R\$ 288.755 (R\$ 262.509 no mesmo período do ano anterior), aumento de 10,0% (aumento de 4,3% no mesmo período do ano anterior). Representando 13,1% dos prêmios ganhos no primeiro semestre de 2025 (11,9% no mesmo período do ano anterior). A Companhia manteve seus investimentos na atualização de sistemas, na customização de plataformas e canais digitais voltados ao atendimento de parceiros, além de direcionar recursos para projetos regulatórios relevantes, com destaque para a implementação do IFRS 17 – *Insurance Contracts*, o *Open Insurance*, o Sistema de Registro de Operações (SRO), entre outros.

2.3. Resultado financeiro e solvência

No primeiro semestre de 2025, as receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R\$ 126.864 (R\$ 106.855 no mesmo período do ano anterior), aumento de 18,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior, sendo 5,7% dos prêmios ganhos (6,0% no mesmo período do ano anterior). A variação decorre, principalmente, do aumento da taxa básica de juros (Selic) e da elevação do IPCA no primeiro semestre de 2025, fatores que contribuíram para uma melhora no rendimento das aplicações financeiras da Companhia.



A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e todas as suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 409.324 (R\$ 441.277 em 31 de dezembro de 2024), e apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 129% (121% em 31 de dezembro de 2024).

3. ASG – Ambiental, Social e Governança

Em 2025, o Grupo Icatu publicou seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, concluindo assim a implementação dos requisitos previstos na Circular SUSEP nº 666/2022. O relatório reafirma o compromisso do Grupo Icatu com a transparência, a geração de valor sustentável e a construção de um futuro mais justo e resiliente.

Foram destaques no relatório do Grupo Icatu os R\$ 7.508.502 de retorno para a sociedade em forma de indenizações, resgates e sorteios; 43% da liderança ser composta por mulheres, 79% de favorabilidade na pesquisa de clima 2024, com a inclusão, pelo 10º ano consecutivo na lista das melhores empresas para trabalhar com sede no Rio de Janeiro; e o reconhecimento como a única organização do setor de seguros com reconhecimento específico por sua atuação em saúde mental, alcançando índice de favorabilidade de 81% pelo *Great Place to Work* (GPTW). Também se destaca o apoio a 30 projetos sociais nas áreas de educação, saúde e promoção da diversidade.

Esses marcos reforçam o alinhamento da Companhia aos princípios de sustentabilidade do Grupo, atuando de forma ética, responsável e comprometida com a geração de valor para a sociedade.

O início desta jornada, impulsionado pela Circular SUSEP, aconteceu em 2022, com o estudo de materialidade. Para isso, envolveram-se *stakeholders* internos e externos, e identificaram-se os temas prioritários para a atuação do Grupo Icatu.

A partir desse estudo, a Política de Sustentabilidade do Grupo Icatu foi publicada em 2023. No ano seguinte, os riscos ASG foram formalmente integrados ao Sistema de Controles Internos (SCI) e à Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) do Grupo Icatu, com a adoção de metodologias específicas para identificação, avaliação e monitoramento desses fatores. Destaca-se a implementação de critérios para análise de fornecedores e clientes, com foco na detecção de riscos socioambientais, como trabalho análogo à escravidão, trabalho infantil e crimes ambientais.

Essas medidas demonstram o comprometimento do Grupo Icatu com uma abordagem estruturada e responsável da sustentabilidade, integrada à estratégia corporativa, aos processos decisórios e à gestão de riscos.

No primeiro semestre de 2025, a Companhia retornou a sociedade R\$ 766.173 em sinistros pagos (R\$ 675.488 no mesmo período do ano anterior), R\$ 132.248 em verbas salariais aos colaboradores (R\$ 122.679 no mesmo período do ano anterior), R\$ 48.081 pagos à serviços de terceirizados (R\$ 39.566 no mesmo período do ano anterior), além de R\$ 80.350 em tributos indiretos (R\$ 62.032 no mesmo período do ano anterior) e R\$ 67.029 em tributos diretos (R\$ 55.257 no mesmo período do ano anterior).



4. Auditores independentes

Os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras e de asseguração limitada exigidos pelo órgão regulador para o Grupo Icatu, foram prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda. até 31 de dezembro de 2024, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 2.375, em 2024. A partir de 1º de janeiro de 2025, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. passou a ser o novo fornecedor, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 3.227, em 2025.

As seguintes empresas do Grupo Icatu são auditadas: Icatu Seguros S.A., Icatu Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A., Rio Grande Capitalização S.A., Vanguardacap Capitalização S.A. e Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, semestralmente, e Banrisul Icatu Participações S.A., Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A. e Icatu Seguridade S.A., anualmente.

5. Agradecimentos

A lcatu Seguros S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos seus funcionários, parceiros e corretores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2025.

A administração.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas Icatu Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Icatu Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Seguros S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras intermediárias de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência complementar (Notas 3.16, 3.17, 21 e 22)

operações de contratos de seguros e previdências, registrados nas rubricas "Provisões Técnicas - Seguros" e "Provisões Técnicas -Previdência Complementar", em que destacamos Provisão de Prêmios Não Ganhos - Risco Vigente Não Emitidos (PPNG-RVNE), a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e a Provisão de Benefícios Concedidos (PMBC). Adicionalmente, a Administração realiza o Teste de Adequação do Passivo (TAP) com o objetivo de capturar possíveis insuficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguros de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de e previdência, e caso a análise demonstre insuficiência, o valor correspondente é registrado na Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O processo de determinação e mensuração das provisões técnicas requer julgamentos e envolvimento de atuários na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, tábuas biométricas, taxas de juros e as características dos tipos de benefícios.

Considerando a relevância dos valores e as incertezas e julgamentos envolvidos para a mensuração das provisões técnicas, consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.

A Seguradora apresenta passivos decorrentes de Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação das notas técnicas atuariais que detalham as premissas e metodologias utilizadas na mensuração das provisões técnicas da Seguradora.

> Para a PMBaC testamos a integridade da base de dados e confrontamos com os saldos contábeis; testamos, em base amostral, a movimentação dos valores dessas provisões para os produtos de modalidade Plano Gerador Benefícios Livres (VGBL); e a atualização das reservas de acordo com a valorização dos fundos de investimentos atrelados.

Com o apoio de nossos especialistas atuariais, avaliamos as metodologias adotadas nos cálculos das provisões técnicas, incluindo: (i) a conferência dos cálculos das provisões efetuados pela administração; (ii) a avaliação das metodologias de cálculo e das principais premissas consideradas; (iii) a avaliação da razoabilidade das movimentações das provisões técnicas durante o primeiro semestre; (iv) recálculo atuarial independente para as provisões de PPNG-RVNE e IBNR; e (v) recálculo atuarial independente dos planos mais representativos que compõem o saldo da PMBaC e PMBC. Também verificamos se as principais premissas atuariais consideradas pela administração na mensuração dos cálculos das provisões técnicas refletem o histórico da Seguradora. Por fim, avaliamos a razoabilidade do modelo e das principais premissas adotadas no Teste de Adequação do Passivo (TAP).

Quanto às bases de dados utilizadas na mensuração das provisões técnicas, efetuamos teste, em base amostral, da acuracidade das



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria		
	informações dos campos críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas.		
	Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na mensuração dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.		

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os exames das demonstrações financeiras em 31 de dezembro e em 30 de junho de 2024, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria, com data de 25 de fevereiro de 2025 e 27 de agosto de 2024, respectivamente, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito
 de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na
 avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não
 corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e
 na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeira intermediárias s com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.



- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governanca, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2025

Rice Waterhouse Coopers PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/F-5

aftett

Marcelo Luis Teixeira Santos

Contador CRC 1PR050377/O-6



Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

		30/06/2025	31/12/2024
ATIVO		30/00/2023	31/12/2024
CIRCULANTE		54.373.696	52.693.744
Disponível		260.584	211.054
Caixa e bancos		260.584	211.054
Equivalente de caixa	Nota 5.3	27.955	23.149
Aplicações	Nota 5	52.897.474	51.394.150
Créditos das operações com seguros e resseguros	11010	540.693	444.303
Prêmios a receber	Nota 6	462.480	386.408
Operações com seguradoras	11010	6.790	6.852
Operações com resseguradoras	Nota 7	71.423	51.043
Créditos das operações com previdência complementar		177	200
Valores a receber		177	200
Outros créditos operacionais	Nota 8	127,457	113.854
Ativos de resseguro e retrocessão	Nota 9	73.523	111.428
Títulos e créditos a receber	11000	47.766	48.734
Títulos e créditos a receber	Nota 10	15.599	22.175
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.1	27.551	26.034
Outros créditos		4.616	525
Outros valores e bens		649	641
Outros valores		649	641
Despesas antecipadas		4.144	2.504
Custos de aquisição diferidos		393.274	343.727
Seguros	Nota 21	391.607	342.007
Previdência	Nota 22	1.667	1.720
NÃO CIRCULANTE		4.952.610	4.648.903
Realizável a longo prazo		3.967.913	3.695.736
Aplicações	Nota 5	2.677.380	2.378.502
Ativos de resseguro e retrocessão	Nota 9	52.100	56.740
Títulos e créditos a receber		500.515	565.211
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.2	245.435	320.347
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 25.4	255.080	244.864
Outros valores e bens	Nota 12.1	255.350	243.456
Empréstimos e depósitos compulsórios		3.828	3.747
Despesas antecipadas		2.188	3.165
Custos de aquisição diferidos		476.552	444.915
Seguros	Nota 21	464.872	434.270
Previdência	Nota 22	11.680	10.645
Investimentos	Nota 13	485.801	456.706
Participações societárias		485.709	456.614
Outros investimentos		92	92
Imobilizado	Nota 14	30.782	27.744
Imóveis de uso próprio		89	89
Bens móveis		22.613	17.093
Outras imobilizações		8.080	10.562
Intangível	Nota 15	468.114	468.717
Outros intangíveis		468.114	468.717
TOTAL DO ATIVO		59.326.306	57.342.647



Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

		30/06/2025	31/12/2024
PASSIVO		30/00/2023	31/12/2024
CIRCULANTE		11.479.171	10.966.128
Contas a pagar		350.230	338.101
Obrigações a pagar	Nota 16.1	68.333	112.880
Impostos e encargos sociais a recolher	Nota 17	44.378	40.801
Encargos trabalhistas	Nota 17	23.158	17.412
Impostos e contribuições	Nota 18	19.236	10.503
Outras contas a pagar	Nota 16.2	195.125	156.505
Débitos de operações com seguros e resseguros	Nota 10.2	229.642	241.465
Prêmios a restituir (*)			3.901
Operações com seguradoras	Nota 19	8.860	10.217
Operações com resseguradoras	Nota 19	47.452	86.373
Corretores de seguros e resseguros	Nota 19	172.335	140.064
Outros débitos operacionais	Nota 13	995	910
Débitos de operações com previdência complementar		1.061	1.959
Débitos de resseguros		141	603
Outros débitos operacionais		920	1.356
Depósitos de terceiros	Nota 20	114.699	128.992
Provisões técnicas – seguros	Nota 21	7.049.773	6.601.582
Pessoas	11014 11	1.507.149	1.370.451
Vida individual		42.634	42.667
Vida com cobertura por sobrevivência		5.499.990	5.188.464
Provisões técnicas – previdência complementar	Nota 22	3.703.515	3.627.395
Planos não bloqueados	11014 ==	161.984	158.509
PGBL/PRGP		3.541.531	3.468.886
Outros débitos		30.251	26.634
Débitos diversos	Nota 12.1	30.251	26.634
NÃO CIRCULANTE		45.753.127	44.368.228
Contas a pagar		77.194	103.473
Obrigações a pagar	Nota 16.1.	74.687	101.025
Outras contas a pagar		2.507	2.448
Provisões técnicas – seguros	Nota 21	27.544.568	26.388.916
Pessoas		1.215.401	1.165.775
Vida individual		300.741	215.484
Vida com cobertura por sobrevivência		26.028.426	25.007.657
Provisões técnicas – previdência complementar	Nota 22	17.668.245	17.429.092
Planos não bloqueados		651.001	628.725
PGBL/PRGP		17.017.244	16.800.367
Outros débitos		228.157	219.855
Provisões judiciais	Nota 25.2 e 25.3	228.157	219.855
Débitos diversos	Nota 12.1	234.963	226.892
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 26	2.094.008	2.008.291
Capital social		640.350	640.350
Reservas de capital		35.577	35.577
Reservas de lucros		1.227.564	1.442.564
Ajustes de avaliação patrimonial		(98.748)	(110.200)
Lucros acumulados		289.265	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		59.326.306	57.342.647

^(*) De acordo com a determinação da SUSEP, em abril de 2025 a Companhia transferiu os saldos da rubrica de "Prêmios a restituir" para Provisão de Valores a Regularizar (PVR) na rubrica de "Provisões Técnicas – Seguros".



Demonstrações dos resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		30/06/2025	30/06/2024
Prêmios emitidos		2.425.453	1.989.004
Contribuições para cobertura de riscos		8.241	8.292
Variação das provisões técnicas de prêmios		(225.753)	(211.832)
Prêmios ganhos	Nota 29.1	2.207.941	1.785.464
Sinistros ocorridos	Nota 29.2	(764.474)	(681.539)
Custos de aquisição	Nota 29.3	(763.246)	(603.268)
Outras despesas operacionais	Nota 29.4	(196.871)	(116.412)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS		483.350	384.245
Receita com resseguro		68.137	64.957
Despesa com resseguro		(75.434)	(45.296)
Outros resultados com resseguro		1.955	1.953
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS	Nota 29.5	(5.342)	21.614
Rendas de contribuições e prêmios		2.653.373	2.494.953
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(2.655.071)	(2.496.128)
Receita de contribuições e prêmios de VGBL	Nota 29.6	(1.698)	(1.175)
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		51.376	44.396
Variação de outras provisões técnicas	Nota 29.7	(4.311)	282
Custo de aquisição	Nota 29.8	(48.201)	(52.669)
Outras receitas/despesas operacionais		(320)	98
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA		(3.154)	(9.068)
Despesas administrativas	Nota 29.9	(288.755)	(262.509)
Despesas com tributos	Nota 29.10	(86.620)	(66.066)
Resultado financeiro	Nota 29.11	126.864	106.855
Resultado patrimonial	Nota 13	173.201	193.750
RESULTADO OPERACIONAL		399.544	368.821
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		43	(35)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		399.587	368.786
Imposto de renda	Nota 30	(34.243)	(30.597)
Contribuição social	Nota 30	(26.516)	(20.896)
Participações sobre o lucro		(49.563)	(41.362)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		289.265	275.931
Quantidade de ações	Nota 26.1	93.983.477	93.983.477
Lucro líquido do semestre por ação – R\$		3,08	2,94



Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024

	30/06/2025	30/06/2024
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	289.265	275.931
Ajustes que poderão ser reconhecidos como receitas ou despesas futuramente:		
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	27.296	(63.766)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJORA (Nota 5.4)	45.493	(106.277)
Efeito dos tributos – IRPJ	(11.373)	26.570
Efeito dos tributos – CSLL	(6.824)	15.941
Parcela de resultados abrangentes de coligadas e/ou controladas mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	9.476	(13.818)
Efeito do imposto de renda e contribuição social	(3.784)	6.097
Efeito dos tributos – IRPJ	(2.365)	3.811
Efeito dos tributos – CSLL	(1.419)	2.286
Parcela de resultados abrangentes (*)	(661)	44.347
Efeito do imposto de renda e contribuição social (**)	(20.875)	-
Efeito dos tributos – IRPJ	(13.047)	-
Efeito dos tributos – CSLL	(7.828)	-
Componentes do resultado abrangente	11.452	(27.140)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	300.717	248.791

^(*) Com a entrada em vigor da Circular nº 678/2022, a Companhia optou por contabilizar a contrapartida de alterações na PCC, decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros, em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no patrimônio líquido, conforme nota 5.2.

^(**) No primeiro semestre de 2025, foi reconhecido o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre esses valores, conforme notas 5.2 e 11.2.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024

		Reservas	de capital	Reservas	de lucros			
	Capital social	Reserva de ágio na subscrição de ações	Outras reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	640.350	34.659	918	128.070	1.260.624	(19.567)	-	2.045.054
Ajustes com títulos e valores mobiliários – próprios	-	-	-	-	-	(63.766)	-	(63.766)
Ajustes com títulos e valores mobiliários – coligadas e controladas	-	-	-	-	-	36.626	-	36.626
Ajuste referente a mudança de prática contábil	-	-	-	-	-	-	(10.301)	(10.301)
Dividendos declarados e pagos conf. AGO 28/02/2024	-	-	-	-	(50.000)	-	-	(50.000)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	275.931	275.931
Saldos em 30 de junho de 2024	640.350	34.659	918	128.070	1.210.624	(46.707)	265.630	2.233.544
Saldos em 1º de janeiro de 2025	640.350	34.659	918	128.070	1.314.494	(110.200)	-	2.008.291
Ajustes com títulos e valores mobiliários – próprios	-	-	-	-	-	27.296	-	27.296
Ajustes com títulos e valores mobiliários – coligadas e controladas	-	-	-	-	-	5.692	-	5.692
Outros ajustes de avaliação patrimonial (*) (**)	-	-	-	-	-	(21.536)	-	(21.536)
Dividendos declarados e pagos conf. AGO 29/01/2025	-	-	-	-	(55.000)	-	-	(55.000)
Dividendos declarados e pagos conf. AGE 23/05/2025	-	-	-	-	(160.000)	-	-	(160.000)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	289.265	289.265
Saldos em 30 de junho de 2025	640.350	34.659	918	128.070	1.099.494	(98.748)	289.265	2.094.008

^(*) Com a entrada em vigor da Circular nº 678/2022, a Companhia optou por contabilizar a contrapartida de alterações na PCC, decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros, em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no patrimônio líquido, conforme nota 5.2.

^(**) No primeiro semestre de 2025, foi reconhecido o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre esses valores, conforme notas 5.2. e 11.2.



Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024

	30/06/2025	30/06/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	289.265	275.931
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	36.889	39.476
Perda/(Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(43)	35
Despesas de juros e com arrendamento	1.822	3.515
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 13)	(173.201)	(193.750
Variação das provisões técnicas – seguros	6.574.480	4.819.400
Variação das provisões técnicas – previdência	2.695.848	2.034.102
Variação das provisões judiciais	14.611	6.252
Variação dos tributos sobre o lucro	30.994	29.808
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	(1.756.709)	(1.659.371
Créditos das operações de seguros e resseguros	(96.390)	(37.398
Créditos das operações de previdência complementar	23	(2
Ativos de resseguro	42.545	19.114
Créditos tributários e previdenciários	(1.517)	(4.219
Ativo fiscal diferido	56.715	21.068
Depósitos judiciais e fiscais	(10.216)	(8.929
Despesas antecipadas	(663)	(3.578
Outros valores e bens	(11.902)	2.317
Custos de aquisição diferidos	(81.184)	(81.917
Outros ativos	(25.968)	17.113
Outras contas a pagar	(22.883)	(85.622
Débitos de operações com seguros e resseguros	(11.823)	(51.031
Débitos de operações com revidência complementar	(898)	(207
Depósitos de terceiros	(14.293)	(24.776
Provisões técnicas – seguros	(4.970.637)	(3.516.619
Provisões técnicas – seguros Provisões técnicas – previdência complementar	(2.380.575)	(1.678.548
Provisões judiciais	(6.309)	(4.338
Outros passivos	(21.536)	34.04
Débitos diversos	,	
	29.365	17.438
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	185.810	(30.691)
Juros pagos	(1.822)	(1.537)
Recebimento de dividendos	149.798	142.659
Tributos sobre o lucro pagos	(22.261)	(25.713
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	311.525	84.718
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	50	
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(9.268)	(5.272
Intangível	(15.294)	(23.253
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(24.512)	(28.525
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de passivo por arrendamento	(17.677)	(18.234
Pagamento de dividendos	(215.000)	(50.000
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(232.677)	(68.234)
Aumento/(Redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	54.336	(12.041)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	234.203	215.49 1
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	288.539	203.450



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Icatu Seguros S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no *Aqwa Corporate* à Avenida Oscar Niemeyer, 2.000, 18º ao 21º andares, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as unidades da federação e atua nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) são individuais e a Icatu Seguros S.A. é aqui tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Icatu" ou "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Companhia e suas controladas.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Icatu Seguros S.A. tem como controladora o Grupo Icatu, com 87,37%, restando 12,63%, pertencentes às pessoas físicas.

O detalhamento referente às controladas e coligadas da Companhia é apresentado na nota 13.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas posteriores alterações, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) — Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) — Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo conselho de administração em 26 de agosto de 2025.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, e ou determinações da SUSEP, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Equivalente de caixa (notas 3.3. e 5.3.);
- Instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) (notas 3.4.1.3.e 5.3.);
- Instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) (notas 3.4.1.2. e 5.2.);



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5.6.); e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.16., 21 e 22).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das Demonstrações estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir:

- Os prêmios de seguros e cosseguros aceitos são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. São apropriados em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos (PPNG) e dos custos de aquisição diferidos;
- As receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos), relativas aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, são reconhecidas com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão;
- As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres;
- As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do período;
- As rendas com taxa de estruturação e manutenção de planos de previdência e de seguros de pessoas, são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente entre as partes e apropriadas ao resultado pelo regime de competência, obedecendo a data de fechamento do patrimônio líquido dos fundos. As receitas com taxa de carregamento dos planos tradicionais são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente e apropriadas ao resultado, obedecendo a data de ingresso nos planos contratados; e
- Os sinistros são constituídos pelas indenizações e despesas estimadas a incorrer durante o processo de regulação dos sinistros.

3.2. Balanço patrimonial

• A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante ou passivo não circulante, o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base;



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os títulos e valores mobiliários mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas;
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos; e
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e bancos e equivalente de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Mensuração e classificação

O Grupo Icatu determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 — Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ — Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como o Grupo Icatu faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.4.1.1. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (*impairment*) que são contabilizadas no resultado do período.

3.4.1.2. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estarem disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (*impairment*) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4.1.3. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica "Outros valores e bens", pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida em "Débitos diversos", segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada pela Icatu considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um *spread* de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um *rating* sintético para a seguradora, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco:

- Utilizamos como *rating*, um grau de investimento para a Icatu, para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA;
- Utilizamos o Capital Rate do imóvel da matriz como spread; e
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação por amortização do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato e os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança. Dispêndios com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear, obedecendo o período de vida útil dos bens, e atualmente representam as seguintes taxas médias: instalações, móveis, máquinas e utensílios — 10% ao ano; equipamentos e benfeitorias em imóveis de terceiros — 20% ao ano. O período e o método de depreciação para os ativos imobilizados são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

meio de ajustes no período ou método de depreciação, conforme o caso, e são tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ganhos e perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos depreciação) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, em "Ganhos e perdas com ativos não correntes", no resultado do período.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados ao longo da sua vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo.

A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil média de cinco anos, à taxa de 20% a.a., para os gastos com aquisição e desenvolvimento de *softwares* de uso interno, e os contratos de direito de exclusividade para a comercialização de produtos nos canais de parcerias são amortizados de acordo com a vigência prevista em contrato, que hoje está entre cinco e vinte anos (5% a 20% ao ano). Os gastos subsequentes são capitalizados apenas quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como "mudanças de estimativas contábeis". A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas", no resultado.

Ganhos e perdas resultantes da venda de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na negociação e o seu valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos amortização) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, na rubrica "Ganhos ou perdas do ativo não correntes".

3.9. Investimentos

As participações acionárias em coligadas e controladas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, e posteriormente são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados de equivalência patrimonial são registrados no resultado do período, sob a rubrica "Resultado patrimonial".

Ganhos e perdas resultantes da venda de um investimento são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na negociação e o seu valor contábil, líquido da redução ao valor recuperável, quando houver, e são reconhecidos na rubrica "Resultado patrimonial", no momento da baixa do ativo.

3.10. Redução ao valor recuperável

3.10.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.10.1.1. Redução ao valor recuperável de ativos de resseguro

A Redução ao Valor Recuperável de ativos de resseguro (RdVR de resseguro) deve ser constituída para suportar a expectativa de perdas por irrecuperabilidade de contas de ativos de resseguro, considerando o risco de inadimplência de cada ressegurador (contraparte).

O estudo considera a análise quantitativa, referente às perdas com a não recuperação do sinistro em conjunto com o tempo médio da recuperação, uma análise prospectiva da capacidade de pagamento dos resseguradores e, além disso, quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, assim como eventuais divergências ou litígios à cobertura de contrato de resseguro. No estudo também consta uma análise qualitativa, onde observamos os critérios mínimos de *rating* para a seleção dos resseguradores, definidos na política de transferência de risco. Em cada data do balanço, a Companhia reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

Em 30 de junho de 2025 a provisão de redução ao valor recuperável era R\$ 4.107 (R\$ 4.153 em 31 de dezembro de 2024).

3.10.1.2. Redução ao valor recuperável de prêmios a receber e comissões a pagar

A Companhia decidiu constituir a Redução ao Valor Recuperável (RdVR) de prêmios a receber e comissões a pagar com base em estudo técnico. A avaliação realizada indica que a expectativa de não recebimento do prêmio deve ser acompanhada da expectativa de não pagamento da respectiva comissão ao corretor, de modo a minimizar os impactos da perda estimada. Assim, a RdVR de prêmios a receber e comissões a pagar deverá ser constituída, preferencialmente, com base na experiência de perda histórica de agrupamentos desses valores, exclusivamente para riscos decorridos, ou a partir da análise do risco de inadimplência do crédito.

Nossa metodologia de cálculo, observa o estudo de taxa (probabilidade) de inadimplência com base na nossa própria experiência histórica de não recebimento de prêmios dos últimos 12 meses. Em cada data do balanço, a Companhia reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

O estudo é realizado por "faixa de *aging*", sob o entendimento de que a probabilidade de inadimplência é diferente e se deteriora na medida em que o atraso no recebimento da fatura é maior:



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Grupo 0: faturas com 30 dias a vencer;
- Grupo 1: faturas vencidas há 60 dias;
- Grupo 2: faturas vencidas entre 60 e 180 dias:
- Grupo 3: faturas vencidas entre 180 e 360 dias; e
- Grupo 4: faturas vencidas há mais de 360 dias.

Para o primeiro semestre de 2025, a partir da análise histórica, está sendo aplicado os seguintes percentuais para constituição mensal da RdVR:

Faixas	30/06/2025	31/12/2024
Faturas com 30 dias a vencer	0,45%	0,53%
Faturas vencidas há 60 dias	4,53%	4,51%
Faturas vencidas entre 60 e 180 dias	53,29%	49,34%
Faturas vencidas entre 180 e 360 dias	61,21%	58,64%
Faturas vencidas há mais de 360 dias	100%	100%

Em 30 de junho de 2025 a provisão de redução ao valor recuperável dos prêmios a receber era de R\$ 10.304 (R\$ 18.743 em 31 de dezembro de 2024).

A partir do primeiro semestre de 2025, a Companhia passou a constituir da redução ao valor recuperável das comissões a pagar, totalizando R\$ 5.351 em 30 de junho de 2025.

3.10.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, semestralmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não houve indícios que os ativos não financeiros não seriam recuperados.

3.11. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.11.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.11.2. PIS e COFINS diferidos

A Companhia constituiu crédito tributário de PIS e COFINS decorrente da Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL) e provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), que são provisões que serão pagas futuramente. Esta constituição foi realizada conforme legislação em vigor.

3.12. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos tribunais. Com exceção das obrigações legais, o valor das provisões até agosto de 2024 era atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo tribunal, cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro de 2024, passou-se a adotar a atualização pela SELIC, prevista na Lei nº 14.905/2024.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais" no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais

No caso das provisões judiciais cíveis relacionadas a sinistros, quando necessário, o valor da provisão é complementado por meio do IBNER, com base em percentual apurado atuarialmente calculado em estudo específico, baseado no histórico de ações judiciais, de tal forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER fique alinhado com o percentual histórico de perda de sinistros judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estavam contabilizadas na rubrica "Outras contas a pagar — obrigações fiscais" até 31 de dezembro de 2024, e a partir de 01º de janeiro de 2025 passaram a ser contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de Provisões judiciais.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja praticamente certa.

3.13. Benefícios a empregados

Através do plano de contribuição variável, a Companhia efetua contribuição fixa para uma entidade ligada (Icatu FMP – Icatu Fundo Multipatrocinado). Onde as contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados, no resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia adota o programa de participação nos lucros e resultados (PLR), como uma das parcelas de remuneração variável e que está condicionada ao atingimento dos indicadores de negócios e a avaliação do desempenho individual dos funcionários. No programa, associamos duas modalidades de incentivos, sendo: (i) incentivo de curto prazo, onde se privilegia entregas diretas e associadas às metas projetadas para o ano; e (ii) incentivo de longo prazo, que se refere a uma parcela que compõe a estrutura de remuneração dos executivos, premiando o nível de contribuição individual no crescimento e sustentabilidade do negócio no longo prazo. A metodologia utilizada leva em consideração para a remuneração de curto prazo, o lucro líquido antes do imposto de renda (LAIR) e os medidores de eficiência do negócio, estabelecidos para o exercício. A remuneração de longo prazo leva em consideração: (i) indexadores de negócios *scorecard* da Companhia; e (ii) variação do patrimônio líquido.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, citando os mais relevantes, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos.

3.14. Resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos, a serem pagos aos resseguradores, são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos.

Os prêmios cedidos de resseguro proporcional são registrados quando da emissão do risco. Os prêmios cedidos de resseguro não proporcional são registrados no início de vigência do contrato de resseguro e ambos são apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro semestralmente, conforme nota 3.10.1.1. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

3.15. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos, em sua maioria atrelados às operações de vida, são constituídos com base nos valores relacionados a corretagens, pró-labore e agenciamento referentes à comercialização de



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

apólices/certificados, as quais são reconhecidas de forma linear no resultado conforme o período de vigência contratada, exceto as despesas com agenciamento que são reconhecidas pela vigência da apólice ou em até no máximo 60 meses. De acordo com estudos feitos pela Companhia, o prazo médio da amortização dos custos de aquisição que foram diferidos é de, aproximadamente, 20 meses.

3.16. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e pelo CPC 11 – Contratos de Seguros, e seguem metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial ou elaborada especificamente para a provisão de acordo com as características dos respectivos planos.

No passivo, foram classificadas as provisões técnicas brutas de resseguro e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de doze meses subsequentes às respectivas datas-bases, foram classificadas no ativo ou passivo não circulante.

3.16.1. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC)

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta, na modalidade de contribuição variável para os produtos Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida com Remuneração Garantida e Performance (VRGP) e Fundo Garantidor de Benefício (FGB), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL, ou acrescidas da remuneração garantida previstas para os planos do tipo FGB e VRGP.

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, relacionadas aos seguros de pessoas e aos planos de previdência complementar aberta, na modalidade de benefício definido e em regime financeiro de capitalização, representam a diferença entre o valor presente dos benefícios futuros e o valor presente das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.16.2. Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (PMBC)

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, cujo evento gerador tenha ocorrido e sido avisado, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.16.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão corresponde ao valor total dos sinistros e pecúlios, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data-base das Demonstrações e ainda pendentes de pagamento. Para fins de atualização monetária, são utilizados os indexadores do plano para sinistros administrativos e, para as ações judiciais, era utilizado até agosto de 2024, a tabela aplicada pelo respectivo tribunal cuja ação encontra-se tramitando, e a partir de setembro de 2024, passou-se a utilizar a SELIC, conforme a previsão da Lei nº 14.905/2024.

A baixa da PSL ocorre pelo seu efetivo pagamento ou recusa. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão, referente a sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), que é calculado considerando histórico



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de reavaliações de estimativas, recusas e outros, e refletido no saldo da PSL, a melhor estimativa do valor da liquidação do sinistro, sendo:

- Os ajustes de IBNER administrativa, calculados conforme percentual apurado na avaliação da base histórica do valor provisionado para os sinistros administrativos ainda pendentes e os valores efetivamente pagos quando os sinistros são encerrados; e
- Os ajustes de IBNER judicial, calculados conforme percentual histórico de perdas dos sinistros judiciais. Com base nesse percentual, o valor de provisão é complementado por meio do IBNER, de forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER, fique alinhado com o percentual esperado de perda de sinistros judiciais apurado.

Os valores de sinistros a recuperar correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros e pecúlios, atualizados monetariamente.

3.16.4. Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)

Provisão constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações, sendo que:

- (I) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatísticos-atuariais conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de avisos de sinistros futuros por período de ocorrência. A metodologia considera sessenta meses para desenvolvimento de sinistros, entretanto, é adicionado um fator de cauda calculado com base no histórico de sinistros avisados após sessenta meses desde a sua ocorrência. Os triângulos são revisitados, minimamente, semestralmente.
- (II) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos doze meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão.
- (III) A metodologia de cálculo aplicada e explicada no item I também leva em consideração a experiência histórica dos sinistros ocorridos e não avisados, tanto administrativos quanto judiciais. Ao compararmos os resultados dos cálculos que levam em conta o total geral dos sinistros com àqueles cálculos somente dos sinistros administrativos, obtemos o IBNR dos sinistros judiciais. Deste modo, é possível segregar o saldo da provisão conforme a origem do aviso.
- (IV) Para parcerias recentes e produto de vida em regime de capitalização, em que incialmente a Companhia entende que o perfil de sinistralidade será diferente da média da carteira ou de alguma outra parceria, o IBNR é calculado conforme sinistralidade esperada.

3.16.5. Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Emitidos e Não Emitidos (PPNG e PPNG – RVNE)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pelo método *pro rata die*, considerando a parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência para riscos vigentes emitidos.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG – RVNE) considera uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios. A metodologia utilizada para a provisão PPNG-RVNE baseia-se na análise das estimativas de prêmios apurados



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pela combinação de duas metodologias, de acordo com a representatividade do faturamento de cada apólice na carteira:

- (I) Para as apólices que possuem seu faturamento mensal menor que o valor de R\$ 200 mil, o método utilizado é conhecido como triângulo de *run-off*, sendo realizada a projeção com base no valor acumulado que foi emitido nos últimos meses.
- (II) Para as apólices com faturamento mensal maiores que o citado, utiliza-se a média simples das últimas "n" emissões de cada apólice.

Após a definição dos valores de prêmios e contribuições em atraso, é apurado um fator ponderado de PPNG – RVNE com base em médias observadas dos prêmios em atraso vigentes em seus respectivos meses.

3.16.6. Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A provisão corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta.

3.16.7. Provisão de resgates e/ou outros Valores a Regularizar (PVR)

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates, às devoluções de contribuições e de prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade e seguradora receptora. Há também as contribuições e prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das Demonstrações, além das rendas vencidas e ainda não pagas.

3.16.8. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR/PDC)

A Provisão de Despesas Relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de capitalização ou repartição de capitais por cobertura (PDC) ou provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de repartição simples (PDR) correspondem aos valores esperados com despesas marginais relacionadas a sinistros e benefícios. A metodologia utiliza como base os custos relacionados ao pagamento dos benefícios, sindicâncias necessárias para a regulação e honorários de sucumbência.

3.16.9. Provisão de Excedente Técnico (PET)

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice ou certificado que possua a cláusula de excedente técnico.

3.16.10. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), detalhada na nota 3.17.

3.17. Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

A adequação dos passivos de seguros e previdência, registrados contabilmente, é avaliada através de um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência emitidos pela Companhia. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na PCC.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste, somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas.

Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSsb-V.2021. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos, observado o período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias.

Os principais planos da carteira em questão possuíam 0% de juros, 0% de carregamento, e estão atrelados às tábuas BR-EMS e AT2000 em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Como despesas de manutenção, foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício.

Para as apólices de vida, foram utilizados como receita a projeção mensal de prêmios, considerando os riscos vigentes na data-base das Demonstrações. Não foram considerados novos contratos nem a possibilidade de renovação das apólices. Já como despesas foram considerados os sinistros, as despesas administrativas relacionadas aos riscos vigentes e as despesas relacionadas a sinistro e comissão. Para a estimativa de sinistralidade futura foi considerada a tábua de mortalidade BR-EMSmt-V.2021 para a cobertura de morte e as tábuas de experiência própria da seguradora para as demais coberturas da carteira. Para as apólices globais, foram considerados os seguintes percentuais de sinistralidade:

		Sinistralidade
Agrupamento	30/06/2025	30/06/2024
Vida em grupo	48,49%	48,91%
Prestamista	29,02%	28,56%
Acidentes pessoais	30,12%	27,38%
Vida individual	15,14%	17,20%

As curvas de aviso e de pagamentos de sinistros, o percentual de reenquadramento dos prêmios, o percentual de comissão, as despesas administrativas e as relacionadas a sinistro foram apuradas com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos.

Para a projeção do fluxo de resseguro, aplica-se percentuais por ramo sobre o fluxo de prêmios emitidos de forma direta. O percentual foi apurado com base no histórico dos últimos 12 meses de repasse de prêmio, a fim de refletir a experiência mais próxima dos contratos vigentes na Companhia. Em relação ao sinistro os percentuais também são aplicados por ramo, apurados conforme observação dos últimos cinco anos, sobre o fluxo de sinistros direto. Ainda, sobre o volume de sinistros ressegurados pagos é considerado que em média as recuperações ocorrem 8 meses após a liquidação do sinistro junto ao segurado, conforme histórico de recuperações da Companhia.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado mensal dos fluxos de caixa foi trazido a valor presente pela curva de juros (ETTJ) correspondente ao indexador de cada plano divulgada pela SUSEP na data-base do cálculo.

3.17.1. Segmentação para reconhecimento da PCC

Para atender à definição de segmentação dos contratos de seguro e resseguros como critério para alocação no reconhecimento da PCC, levou-se em consideração as características de risco similares e a administração conjunta destes contratos. A seguir apresentamos a segmentação dos produtos:

- (I) Previdência tradicional e vida inteira;
- (II) Benefícios concedidos;
- (III) PGBL/VGBL, VRGP E FGB; e
- (IV) Seguros de pessoas coletivo, individual e risco de previdência.

3.17.2. Efeito das taxas de juros no TAP

A Circular SUSEP nº 678/22 introduziu significativas mudanças na contabilização da PCC, especialmente em decorrência da mudança na taxa de juros. Em resposta aos novos requisitos impostos pelo normativo, procedeu-se à adaptação dos processos e das políticas contábeis relacionados. Portanto, a Companhia optou por contabilizar a contrapartida de alterações na PCC, decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros, em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no patrimônio líquido, conforme estudo técnico detalhado no qual fundamenta essa decisão e a metodologia adotada. Vale ressaltar que demais alterações terão a contrapartida reconhecida no resultado do exercício.

Em 30 de junho de 2025, o valor registrado no ORA, líquido dos impostos diferidos é R\$ 30.072 (R\$ 51.609 em 31 de dezembro de 2024) decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros.

3.17.3. Resultado do cálculo do TAP

Na Companhia, o resultado do TAP em 30 de junho de 2025 não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa, assim como em 31 de dezembro de 2024. Sendo assim, não houve valor a ser provisionado na PCC.

Para os produtos de acumulação estruturados na modalidade de contribuição variável (PGBL/VGBL), os produtos de risco de previdência e seguros de pessoas individual e coletivo, o resultado do teste de adequação de passivos não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro.

3.18. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios.

3.19. Classificação de contratos

A Companhia avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsicamente ligados à operação principal, como determina a norma. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação.

Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relatados na nota 3.6.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.20. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, Teste de Adequação de Passivos (TAP), cálculo das provisões técnicas de seguros, valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.21 Novas normas/leis adotadas

O Decreto nº 12.499/2025 atualizou as regras sobre a incidência de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) em planos VGBL. A principais mudanças foram:

- O IOF de 5% incidirá apenas sobre aportes que, no acumulado de 11/06/2025 até 31/12/2025, ultrapassem R\$ 300 mil por CPF, em uma mesma seguradora; exceto aqueles realizados entre 11/06/2025 e 16/07/2025, que não terão incidência de IOF, mas entrarão na conta do limite anual.
- A partir de 01/01/2026, o IOF de 5% incidirá sobre aportes que ultrapassarem R\$ 600 mil por ano, considerando a somatória dos valores aportados em todos os planos de um mesmo CPF, ainda que em seguradoras distintas.
- A alíquota de 5% incide apenas sobre o valor que ultrapassar os limites estabelecidos, e não sobre o total aportado.

A Companhia continuará atenta as atualizações sobre o assunto, para avaliação de eventuais mudanças nos processos relacionados tempestivamente.

3.22. Novas normas ainda não adotadas

Os pronunciamentos contábeis e normativos a seguir serão adotados em períodos posteriores a data destas Demonstrações:

3.22.1. CPC 50 - Contratos de seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O CPC 50 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

3.22.2. Emenda constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece as bases para a reforma tributária, unificando, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas cobranças: CBS (federal) e IBS (estadual/municipal).



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, transformando-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a maior parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que aborda o Comitê Gestor do IBS e a repartição da arrecadação desse tributo, já foi aprovado na câmara dos deputados e aguarda aprovação no Senado.

A Companhia iniciou, em 2024, um projeto para monitorar a evolução da reforma e seus impactos operacionais, preparando-se para implementar as mudanças conforme as regulamentações forem publicadas pela Receita Federal, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Comitê Gestor.

4. Gestão de riscos

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar uma gestão unificada, a Icatu consegue obter diversos benefícios, como sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo do Grupo Icatu.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, e suas alterações posteriores, tem como objetivo principal, garantir que a busca por objetivos de negócio da entidade esteja dentro dos limites acordados pelo conselho de administração.

Para executar sua função, o Grupo Icatu nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, além de emitir relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: (i) identificação; (ii) mensuração; (iii) manutenção; (iv) tratamento de riscos; e (v) monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos, a Companhia adota o sistema de controles internos composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das companhias do Grupo Icatu estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

- (I) Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo; e
- (II) Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado abaixo:
 - As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do Grupo Icatu, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos;



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo Icatu. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo Icatu; e
- A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto, considerando a maturidade dos controles já implementados.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo Icatu está disposto a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos formalizados pela Companhia.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é revisada e aprovada anualmente pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo lcatu, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade entre as diferentes áreas e unidades de negócio.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradores), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os ratings em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências Fitch, Standard and Poor's e Moody's. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o rating da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de uma análise de Probabilidade de *Default* (PD), duration do ativo e Taxa de Recuperação (LGD), que estima a exposição ao default, refletindo o risco da carteira.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

A análise de crédito é realizada, principalmente, através de *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos.

Em 30 de junho de 2025, R\$ 3.045.215, correspondentes a 70,52% (R\$ 2.722.060 correspondentes a 69,10% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras (exceto fundos previdenciários), estão alocadas em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) que são ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo as melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 173.108 (R\$ 129.975 em 31 de dezembro de 2024). Em 30 de junho de 2025, há R\$ 1.254 em bloqueio judicial (R\$ 1.204 em 31 de dezembro de 2024), alocados em Letras Financeiras do Tesouro.

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R\$ 51.284.831 (R\$ 49.856.347 em 31 de dezembro de 2024).

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 450.411 em 30 de junho de 2025 (R\$ 891.406 em 31 de dezembro de 2024). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente, estava assim distribuído na data-base, de acordo com a classificação das agências de rating: *Standard and Poor's, Fitch* e *Moody's*. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três.

	30/06/2025					
Rating	Letra financeira	Debênture	CDB	CRI	Total	
AAA	137.381	165.729	-	-	303.110	
AA+	-	51.366	5.099	-	56.465	
AA	-	43.485	-	-	43.485	
AA-	-	110.092	-	-	110.092	
A+	-	30.482	-	-	30.482	
А	-	50.887	-	-	50.887	
A-	-	15.077	-	-	15.077	
CCC-	-	320	-	-	320	
D	-	17.249	-	-	17.249	
ND	-	18.835	-	1.987	20.823	
Total	137.381	503.522	5.099	1.987	647.990	



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		31/12/20	24	
Rating	Letra financeira	Debênture	CDB	Total
AAA	126.139	63.604	-	189.743
AA+	-	-	5.066	5.066
Total	126.139	63.604	5.066	194.809

Em 2025, observou-se um aumento na posição de ativos de crédito privado, decorrente, principalmente, da recategorização de fundos de crédito anteriormente classificados como não exclusivos para a categoria de fundos exclusivos. Como consequência, os ativos contidos nesses fundos passaram a ser incluídos na composição demonstrada do quadro de risco de crédito.

4.1.1.2. Principais riscos associados ao resseguro

A colocação de contratos de resseguro, automáticos e/ou facultativos, devem estar em conformidade com as determinações e apetite a risco do Grupo Icatu, bem como com a legislação em vigor, e em posição de obter as melhores condições comerciais, promovendo ganhos de escala e possibilitando a manutenção e gerenciamento dos contratos de forma estratégica, ética e profissional, mantendo os níveis adequados de exigência, transparência e zelo com relação aos critérios estabelecidos na política de transferência de riscos.

Vale observar, ainda, que a Companhia possui estudo específico sobre a Redução ao Valor Recuperável – RdVR de contratos de resseguro, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito, conforme nota 3.10.1.1.

O principal contrato de resseguro do Grupo Icatu é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de seguro de pessoas coletivo e individual, bem como a produtos de risco de previdência.

No quadro abaixo é demonstrada a exposição da Companhia ao risco de crédito em operações de resseguro, em 30 de junho de 2025:

		30/06	/2025	31/12,	/2024
Tipo Ressegurador	Rating	Exposição (R\$)	Exposição (%)	Exposição (R\$)	Exposição (%)
Admitida	A+ pela Standard & Poor's	101	0,05%	2.434	1,11%
Admitida	AA- pela Standard & Poor's	37.522	19,04%	56.176	25,63%
Eventual	A- pela Standard & Poor's	59	0,03%	81	0,04%
Eventual	A+ pela Standard & Poor's	211	0,11%	358	0,16%
Eventual	AA- pela Standard & Poor's	2.839	1,44%	3.132	1,43%
Local	AA- pela Standard & Poor's	17.295	8,78%	15.974	7,29%
Local	A+ pela Standard & Poor's	75.427	38,28%	69.669	31,78%
Local	A- pela A. M. Best Company	63.593	32,27%	71.387	32,57%
Total		197.047	100,00%	219.211	100,00%

4.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* (*VaR*), que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

O Grupo Icatu realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, considerando mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e é revista anualmente.

Este indicador representa se a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras é elaborada levando em consideração:

- (I) O VaR paramétrico: assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (EWMA), com fator de decaimento de 0,95.
- (II) DV01 (dólar-value for one basis-point): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas as informações de VaR e DV01, para a Companhia:

30/06/2025				31/12/2024				
Fatores de Risco	DV-01	EWMA	VAR	Exposição	DV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado	(10.227)	95%	1.160	32.531	(4.553)	95%	560	18.803
IGPM	(366)	95%	20.422	932.754	(421)	95%	20.274	989.299
IPCA	(1.865)	95%	72.004	2.105.504	(1.454)	95%	64.422	1.854.599
Ações	-	95%	326	4.127	-	95%	165	1.936

4.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios, sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento do risco de liquidez considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros, de seguros e de previdência detidos pela Companhia:

	30/06/2025					
Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total		
Caixa e bancos	260.584	-	-	260.584		
Equivalente de caixa	27.955	-	-	27.955		
Aplicações financeiras	20.246.691	6.124.483	29.203.680	55.574.854		
Crédito das operações	540.870	-	-	540.870		
Ativos de resseguro – provisões técnicas	73.523	13.719	38.381	125.623		
Títulos e créditos a receber	47.766	500.515	-	548.281		
Total de ativos	21.197.389	6.638.717	29.242.061	57.078.167		
Contas a pagar	350.230	77.194	-	427.424		
Provisões técnicas	10.753.288	11.033.447	34.179.366	55.966.101		
Débito das operações	230.703	-	-	230.703		
Depósitos de terceiros	114.699	-	-	114.699		
Total de passivos	11.448.920	11.110.641	34.179.366	56.738.927		

	31/12/2024					
Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total		
Caixa e bancos	211.054	-	-	211.054		
Equivalente de caixa	23.149	-	-	23.149		
Aplicações financeiras	22.527.262	6.354.715	24.890.675	53.772.652		
Crédito das operações	444.503	-	-	444.503		
Ativos de resseguro – provisões técnicas	111.428	15.506	41.234	168.168		
Títulos e créditos a receber	48.734	565.211	-	613.945		
Total de ativos	23.366.130	6.935.432	24.931.909	55.233.471		
Contas a pagar	338.101	103.473	-	441.574		
Provisões técnicas	10.228.977	10.689.804	33.128.204	54.046.985		
Débito das operações	243.424	-	-	243.424		
Depósitos de terceiros	128.992	-	-	128.992		
Total de passivos	10.939.494	10.793.277	33.128.204	54.860.975		

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia. Os títulos mensurados a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) são reconhecidos no ativo circulante devido à ausência de vencimento definido conforme mencionado na nota 3.2.

4.1.4. Risco operacional

O risco operacional resulta de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos internos/externos, incluindo o risco legal, de *compliance* e cibernéticos, excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo Icatu, na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e, se necessário, ao conselho de administração.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou que podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas nas companhias elegíveis do Grupo Icatu e a identificação das causas e controles que possam mitigar a ocorrência de eventos semelhantes.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica do Grupo Icatu, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, e participa da formação de novos produtos a serem lançados, e fornece subsídios para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de *compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de *compliance*, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na aceitação dos riscos, cujos critérios estejam alinhados com as determinações e o apetite ao risco do Grupo Icatu no desenvolvimento de cada produto.

A área de subscrição de riscos do Grupo Icatu tem como objetivo examinar cuidadosamente todas as propostas de seguro, bem como, durante o processo de precificação, considerar as características e particularidades dos grupos segurados.

Para reduzir a exposição ao risco de subscrição, o Grupo Icatu diversifica sua carteira através de uma análise criteriosa de aceitação do risco, aplicando as regras determinadas pela administração do Grupo Icatu e formalizadas na política de subscrição e de transferência de riscos. Tais regras são desenvolvidas e definidas com base nas análises atuariais e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Além da diversificação dos riscos, outras medidas de mitigação são implementadas como por exemplo a contratação de resseguro, reavaliações periódicas de suas metodologias com premissas realistas e atualizadas que garantem a cobertura dos compromissos assumidos.

Controlando o risco de subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, o Grupo Icatu visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de minimizar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco.

O Grupo Icatu subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De forma a cumprir os critérios e diretrizes aprovadas, é feita uma conferência e validação das informações de preço antes da emissão. Vale ressaltar que nesse procedimento está contemplada a aprovação de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Como parte do seu programa de controle de riscos, o Grupo Icatu cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a política de transferência de riscos e com as diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, o Grupo Icatu possui contratos de resseguro específicos.

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por ramo e por região, da Companhia, baseado nos prêmios ganhos e contribuições de PGBL/VGBL bruto de resseguro e líquido de resseguro no período:

	Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 30/06/2025						
Ramo/região geográfica	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total	
Vida em grupo	98.412	146.254	24.419	428.130	542.540	1.239.755	
Prestamista	3.462	53.345	76	62.590	268.587	388.060	
Acidentes pessoais	3.234	12.143	6.228	176.666	93.799	292.070	
Vida individual	2.102	8.080	10.101	124.710	7.955	152.948	
Rural	-	-	-	1.397	125.195	126.592	
Outros	181	3.018	70	4.263	984	8.516	
Total seguros	107.391	222.840	40.894	797.756	1.039.060	2.207.941	
Previdência	30.973	45.669	2.433	2.045.198	529.100	2.653.373	
Total previdência	30.973	45.669	2.433	2.045.198	529.100	2.653.373	

	Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 30/06/2024					
Ramo/região geográfica	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	47.690	124.487	19.955	349.666	477.298	1.019.096
Prestamista	4.277	37.255	2	51.634	242.652	335.820
Acidentes pessoais	4.778	14.216	7.183	129.294	71.762	227.233
Vida individual	1.107	6.985	3.672	65.309	5.016	82.089
Rural	-	-	-	4.010	108.779	112.789
Outros	182	2.897	58	4.366	934	8.437
Total seguros	58.034	185.840	30.870	604.279	906.441	1.785.464
Previdência	28.728	56.213	43.576	1.911.927	454.509	2.494.953
Total previdência	28.728	56.213	43.576	1.911.927	454.509	2.494.953

	Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 30/06/2025						
Ramo/região geográfica	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total	
Vida em grupo	78.634	145.868	24.311	414.113	536.243	1.199.169	
Prestamista	3.462	53.286	76	62.588	260.978	380.390	
Acidentes pessoais	3.161	11.931	6.103	172.248	92.867	286.310	
Vida individual	1.911	7.257	9.209	114.828	7.226	140.431	
Rural	-	-	-	1.397	116.669	118.066	
Outros	181	2.895	70	4.137	858	8.141	
Total seguros	87.349	221.237	39.769	769.311	1.014.841	2.132.507	
Previdência	30.973	45.669	2.433	2.045.198	529.100	2.653.373	
Total previdência	30.973	45.669	2.433	2.045.198	529.100	2.653.373	



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	de resseguro er	m 30/06/2024				
Ramo/região geográfica	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	47.186	124.151	19.860	342.120	471.735	1.005.052
Prestamista	4.277	37.233	2	51.632	234.860	328.004
Acidentes pessoais	4.731	14.074	7.106	126.329	70.914	223.154
Vida individual	951	6.207	3.344	56.434	4.414	71.350
Rural	-	-	-	4.010	100.666	104.676
Outros	181	2.783	55	4.252	661	7.932
Total seguros	57.326	184.448	30.367	584.777	883.250	1.740.168
Previdência	28.728	56.213	43.576	1.911.927	454.509	2.494.953
Total previdência	28.728	56.213	43.576	1.911.927	454.509	2.494.953

4.1.6. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo Icatu mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e *stress*. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.7. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. Baseado nas metas estratégicas da Companhia, a área de gestão de risco correlaciona as metas com os riscos materiais apontados pelas equipes de gestão, dessa forma, indicando quais medidas/ações/projetos são relevantes para o atendimento do planejamento estratégico. Ademais, esse mapeamento é avaliado e tratado no intuito de ser reportado aos altos níveis de administração da Companhia para conferência e acompanhamento dos resultados.

5. Aplicações financeiras

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados na rubrica equivalente de caixa, que são àqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor. Em 30 de junho de 2025, o saldo era de R\$ 27.955 (R\$ 23.149 em 31 de dezembro de 2024).

Em 30 de junho de 2025, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) é de R\$ 1.578.029 (R\$ 1.327.057 em 31 de dezembro de 2024). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como ajustes de avaliação patrimonial, montam R\$ 184.454, bruto de tributos e R\$ 110.672, líquidos de tributos (R\$ 229.948, bruto de tributos e R\$ 137.968, líquidos de tributos, em 31 de dezembro de 2024).

O circulante é composto pela totalidade dos instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) e o total dos ativos sem vencimento ou com vencimento até doze meses, das outras duas categorias. Os equivalentes de caixa estão em rubrica separada e os demais instrumentos financeiros estão no não circulante.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo contábil apresenta-se da seguinte forma:

	30/06/2025	31/12/2024
Categoria		
Custo amortizado	1.282.551	1.280.886
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	1.393.575	1.097.109
Valor Justo por meio do Resultado (VJR)	52.926.683	51.417.806
Total	55.602.809	53.795.801
Circulante	52.925.429	51.417.299
Equivalente de caixa	27.955	23.149
Aplicações financeiras	52.897.474	51.394.150
Não circulante	2.677.380	2.378.502
Aplicações financeiras	2.677.380	2.378.502

5.1. Custo amortizado

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado que representa 2,31% da carteira em 30 de junho de 2025 (2,38% em 31 de dezembro em 2024):

		30/06/2025		
	Taxas contratadas	Valor contábil/curva	Valor justo	
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos	Contratadas	1.282.551	1.143.931	
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 4,74%	550.525	413.225	
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	IGPM + 7,48%	668.229	672.632	
Debêntures de distribuição pública	IGPM + 5,62%	63.797	58.074	
Total		1.282.551	1.143.931	
Não circulante		1.282.551	1.143.931	

		31/12/2024		
	Taxas contratadas	Valor contábil/curva	Valor justo	
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos		1.280.886	1.137.282	
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 4,74%	535.113	377.939	
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	IGPM + 7,47%	682.169	701.468	
Debêntures de distribuição pública	IGPM + 5,62%	63.604	57.875	
Total		1.280.886	1.137.282	
Não circulante		1.280.886	1.137.282	

	30/06/2025	31/12/2024
Vencimento em até cinco anos	10.299	10.318
Vencimento acima de cinco anos	1.272.252	1.270.568
Total	1.282.551	1.280.886

5.2. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Com a entrada em vigor da Circular nº 678/2022, a Companhia optou por contabilizar a contrapartida de alterações na PCC, decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros, em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no patrimônio líquido.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No primeiro semestre de 2025, foi reconhecido o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos no valor de R\$ 18.197 sobre esses valores.

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) que representa 2,51% da carteira em 30 de junho de 2025 (2,04% em 31 de dezembro em 2024):

		30/06/2025	
	Taxas contratadas	Valor contábil/justo	Valor de curva
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos		1.393.575	1.578.029
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 5,91%	1.064.387	1.207.584
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	IGPM + 5,15%	192.700	210.465
Letras Financeiras – LF	IPCA + 5,34%	136.488	159.980
Total		1.393.575	1.578.029
Não circulante		1.393.575	1.578.029

		31/12/2024		
	Taxas contratadas	Valor contábil/justo	Valor de curva	
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos		1.097.109	1.327.057	
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 5,46%	770.915	959.584	
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	IGPM + 5,11%	200.962	216.157	
Letras Financeiras – LF	IPCA + 5,34%	125.232	151.316	
Total		1.097.109	1.327.057	
Circulante		697	696	
Não circulante		1.096.412	1.326.361	

	30/06/2025	31/12/2024
Vencimento em até um ano	-	697
Vencimento em até cinco anos	26.540	24.926
Vencimento acima de cinco anos	1.367.035	1.071.486
Total	1.393.575	1.097.109

5.3. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) que representa 95,19% da carteira em 30 de junho de 2025 (95,58% em 31 de dezembro em 2024):



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	_	30/06/20)25
	Taxas contratadas	Valor contábil	Valor justo
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos		52.445.473	52.445.473
Quotas de fundos (PGBL/VGBL) (*)		51.284.831	51.284.831
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	SELIC	538.035	538.035
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 6,23%	31.339	31.339
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	11,16%	1.987	1.987
Letras Financeiras – LF	5,21%	893	893
Debêntures	8,16%	439.726	439.726
Operações compromissadas	SELIC	145.153	145.153
Certificados de Depósito Bancário – CDB		5.099	5.099
Outros (**)		(1.590)	(1.590)
Quotas de fundos de investimento – exclusivos (bloqueio judicial)		1.254	1.254
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos		452.001	452.001
Operações compromissadas – classificado como equivalente de caixa		27.955	27.955
Total		52.926.683	52.926.683
Circulante		52.925.429	52.925.429
Não circulante		1.254	1.254

	_	31/12/20	024
	Taxas contratadas	Valor contábil	Valor justo
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos		50.501.243	50.501.243
Quotas de fundos (PGBL/VGBL) (*)		49.856.347	49.856.347
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	SELIC	524.047	524.047
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 6,29%	8.853	8.853
Letras do Tesouro Nacional – LTN	11,27%	1	1
Letras Financeiras – LF	5,86%	907	907
Operações compromissadas	SELIC	106.826	106.826
Certificados de Depósito Bancário – CDB		5.066	5.066
Outros (**)		(804)	(804)
Quotas de fundos de investimento – exclusivos (bloqueio judicial)		1.204	1.204
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos		892.210	892.210
Operações compromissadas – classificado como equivalente de		22 140	22 140
caixa		23.149	23.149
Total		51.417.806	51.417.806
Circulante		51.416.602	51.416.602
Não circulante		1.204	1.204

^(*) A composição dos fundos exclusivos PGBL/VGBL em fase de acumulação onde a Companhia é cotista, possui como principais ativos: Títulos públicos do Tesouro Nacional que representam 47,3% da carteira em 30 de junho de 2025 (43,9% em 31 dezembro de 2024), sendo o principal ativo as Letras Financeiras do Tesouro. As demais aplicações correspondem a títulos de crédito privado, cotas de fundos não exclusivos, operações compromissadas e ações.

^(**) Outras aplicações se referem ao montante de contas a pagar e receber dos fundos exclusivos incluindo os fundos previdenciários.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2025	31/12/2024
Sem vencimento	10.269.769	11.984.386
Vencimento em até um ano	10.004.877	10.565.328
Vencimento em até cinco anos	23.529.571	21.468.529
Vencimento acima de cinco anos	9.122.466	7.399.563
Total	52.926.683	51.417.806

5.4. Movimentação das aplicações financeiras

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de mensuração:

	Custo amortizado	VJORA	VJR	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.175.087	1.081.939	48.456.396	50.713.422
(+) Aplicações	49.008	154.759	18.248.707	18.452.474
(-) Resgates	(86.716)	(59.764)	(18.217.967)	(18.364.447)
(+) Rendimentos	143.507	122.278	2.930.670	3.196.455
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(202.103)	-	(202.103)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.280.886	1.097.109	51.417.806	53.795.801
(+) Aplicações	-	215.619	8.803.273	9.018.892
(-) Resgates	(46.532)	(38.053)	(10.979.045)	(11.063.630)
(+) Rendimentos	48.197	73.407	3.684.649	3.806.253
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	45.493	-	45.493
Saldo em 30 de junho de 2025	1.282.551	1.393.575	52.926.683	55.602.809

Os resgates mensurados ao custo amortizado referem-se ao fluxo de pagamento dos ativos classificados nessa categoria.

5.5. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos mensurados ao custo amortizado, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo;

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2025		
	Nível 1	Nível 2	Total
Custo amortizado	1.218.754	63.797	1.282.551
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos	1.218.754	63.797	1.282.551
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	550.525	-	550.525
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	668.229	-	668.229
Debêntures de distribuição pública	-	63.797	63.797
VJORA	1.257.087	136.488	1.393.575
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos	1.257.087	136.488	1.393.575
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	1.064.387	-	1.064.387
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	192.700	-	192.700
Letras Financeiras – LF	-	136.488	136.488
VJR	29.831.799	23.094.884	52.926.683
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos	29.804.417	22.641.056	52.445.473
Quotas de fundos (PGBL/VGBL) (*)	29.090.607	22.194.224	51.284.831
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	538.028	7	538.035
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	31.339	-	31.339
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	1.987	1.987
Letras Financeiras – LF	-	893	893
Debêntures	-	439.726	439.726
Operações compromissadas	145.016	137	145.153
Certificados de Depósito Bancário – CDB	-	5.099	5.099
Outros (**)	(573)	(1.017)	(1.590)
Quotas de fundos de investimento – exclusivos (bloqueio judicial)	1.254	-	1.254
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	-	452.001	452.001
Operações compromissadas – classificado como equivalente de	26.128	1.827	27.955
caixa	20.128	1.02/	27.333
Total	32.307.640	23.295.169	55.602.809

^(*) A composição dos fundos exclusivos PGBL/VGBL em fase de acumulação onde a Companhia é cotista, possui como principais ativos: Títulos públicos do Tesouro Nacional que representam 47,3% da carteira em 30 de junho de 2025 (43,9% em 31 dezembro de 2024), sendo o principal ativo as Letras Financeiras do Tesouro. As demais aplicações correspondem a títulos de crédito privado, cotas de fundos não exclusivos, operações compromissadas e ações.

^(**) Outras aplicações se referem ao montante de contas a pagar e receber dos fundos exclusivos incluindo os fundos previdenciários.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Total
Custo amortizado	535.113	745.773	1.280.886
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos	535.113	745.773	1.280.886
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	535.113	-	535.113
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	-	682.169	682.169
Debêntures de distribuição pública	-	63.604	63.604
VJORA	770.915	326.194	1.097.109
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos	770.915	326.194	1.097.109
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	770.915	-	770.915
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	-	200.962	200.962
Letras Financeiras – LF	-	125.232	125.232
VJR	30.783.487	20.634.319	51.417.806
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos	30.760.338	19.740.905	50.501.243
Quotas de fundos (PGBL/VGBL) (*)	30.120.611	19.735.736	49.856.347
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	524.047	-	524.047
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	8.853	-	8.853
Letras do Tesouro Nacional – LTN	1	-	1
Letras Financeiras – LF	-	907	907
Operações compromissadas	106.826	-	106.826
Certificados de Depósito Bancário – CDB	-	5.066	5.066
Outros (**)	-	(804)	(804)
Quotas de fundos de investimento – exclusivos (bloqueio judicial)	-	1.204	1.204
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	-	892.210	892.210
Operações compromissadas – classificado como equivalente de	23.149		23.149
caixa	25.149	-	25.149
Total	32.089.515	21.706.286	53.795.801

^(*) A composição dos fundos exclusivos PGBL/VGBL em fase de acumulação onde a Companhia é cotista, possui como principais ativos: Títulos públicos do Tesouro Nacional que representam 47,3% da carteira em 30 de junho de 2025 (43,9% em 31 dezembro de 2024), sendo o principal ativo as Letras Financeiras do Tesouro. As demais aplicações correspondem a títulos de crédito privado, cotas de fundos não exclusivos, operações compromissadas e ações.

5.6. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas decorrentes desses derivativos não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3.

^(**) Outras aplicações se referem ao montante de contas a pagar e receber dos fundos exclusivos incluindo os fundos previdenciários.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		30/06/2025		
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Exposição (<i>notional</i>)
DI1	Comprado	01/07/2025	DI	6
DI1	Vendido	01/10/2025	DI	9
DI1	Comprado	01/04/2026	DI	3
DAP	Comprado	17/08/2026	DI x IPCA	90.601
DI1	Vendido	04/01/2027	DI	1
DAP	Comprado	17/05/2027	DI x IPCA	53.246
DI1	Comprado	01/07/2027	DI	1
DI1	Comprado	03/01/2028	DI	8.129
DAP	Comprado	15/08/2028	DI x IPCA	13.688
DI1	Comprado	02/01/2029	DI	18.112
DI1	Vendido	02/01/2029	DI	1
DAP	Comprado	15/05/2029	DI x IPCA	7.443
DAP	Vendido	15/08/2030	DI x IPCA	62.247
DI1	Comprado	02/01/2031	DI	609
DAP	Vendido	16/08/2032	DI x IPCA	86.854
DI1	Comprado	03/01/2033	DI	2.008
DAP	Vendido	16/05/2033	DI x IPCA	25.285
DAP	Vendido	15/05/2035	DI x IPCA	22.157
DAP	Comprado	15/08/2040	DI x IPCA	1.183

		31/12/2024		
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Exposição (notional)
DI1	Comprado	02/01/2025	CDI	6
DI1	Vendido	01/04/2025	CDI	10
DI1	Vendido	01/07/2025	CDI	1
DI1	Comprado	01/10/2025	CDI	4
DI1	Vendido	02/01/2026	CDI	3
DI1	Comprado	01/07/2026	CDI	4
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	8
DI1	Comprado	01/07/2027	CDI	7
DI1	Vendido	03/01/2028	CDI	3
DI1	Comprado	03/07/2028	CDI	1
DI1	Comprado	02/01/2030	CDI	1
DI1	Comprado	02/01/2031	CDI	1
DI1	Vendido	03/01/2033	CDI	1



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Prêmios a receber

6.1. Composição do saldo de prêmios a receber

Saldo de prêmios a receber por ramo era o seguinte:

	30/06/2025	31/12/2024
Vida em grupo	266.922	234.448
Prestamistas	90.537	71.055
Acidentes pessoais	52.431	46.084
Vida individual	41.765	31.204
Rural	21.092	22.327
Outros	37	33
Total de prêmios a receber bruto	472.784	405.151
Redução ao valor recuperável	(10.304)	(18.743)
Total de prêmios a receber	462.480	386.408

^(*) Em 30 de junho de 2025, R\$ 205.148 (R\$ 238.197 em 31 de dezembro de 2024) referem-se aos valores de prêmios a vencer de riscos vigentes não emitidos.

6.2. Movimentação de prêmios a receber

Prêmios diretos a receber, líquidos de provisão para redução ao valor recuperável:

	30/06/2025	31/12/2024
Saldo inicial	405.151	343.944
(+) Prêmios emitidos	2.714.434	4.825.564
(+) IOF	9.258	17.209
(-) Prêmios cancelados	(212.581)	(347.888)
(-) Recebimentos	(2.443.478)	(4.433.678)
Prêmios a receber bruto	472.784	405.151
Movimentação da redução ao valor recuperável		
Saldo inicial	(18.743)	(19.111)
(-) Constituição	(88.001)	(222.942)
(+) Reversão	96.440	223.310
Provisão para redução ao valor recuperável	(10.304)	(18.743)
Prêmios a receber líquidos	462.480	386.408



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.3. Idade dos prêmios a receber

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

	30/06/2025				31/12/2024	
	Prêmios a receber bruto	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber bruto	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
A vencer						
De 1 até 30 dias (*)	427.945	(722)	427.223	369.312	(695)	368.617
Vencidos						
1 até 30 dias	31.376	(1.421)	29.955	14.940	(674)	14.266
31 até 60 dias	4.380	(198)	4.182	2.789	(126)	2.663
61 até 120 dias	931	(496)	435	695	(343)	352
121 até 180 dias	529	(282)	247	447	(221)	226
181 até 360 dias	1.130	(692)	438	686	(401)	284
Mais de 360 dias	6.493	(6.493)	-	16.283	(16.283)	-
Total	472.784	(10.304)	462.480	405.151	(18.743)	386.408

^(*) Em 30 de junho de 2025, R\$ 205.148 (R\$ 238.197 em 31 de dezembro de 2024) referem-se aos valores de prêmios a vencer de riscos vigentes não emitidos.

O cálculo da redução ao valor recuperável foi baseado em estudo técnico revisado, no mínimo, semestralmente, considerando a inadimplência dos últimos dois anos, conforme nota 3.10.1.2.

7. Operações com resseguradoras

Essa rubrica registra os recebíveis de operações com as resseguradoras, àquelas cujas despesas já foram pagas pela Companhia, principalmente, os referentes aos sinistros sofridos pelos segurados e seus beneficiários, e a Companhia tem o direito de recebimento da parte do risco que cabe à resseguradora, como demonstrado a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024
Sinistros pagos a recuperar	75.530	55.196
Redução ao valor recuperável	(4.107)	(4.153)
Total	71.423	51.043

A seguir, apresentamos a abertura dos valores a recuperar por ressegurador:

			30/06/2025			31/12/2024	
Tipo de ressegurador	Rating	Valor a recuperar	Redução ao valor recuperável	Valor a recuperar líquido	Valor a recuperar	Redução ao valor recuperável	Valor a recuperar líquido
Admitido	A+ pela Standard & Poor's	23	(1)	22	7	(1)	6
Admitido	AA- pela Standard & Poor's	12.546	(1.677)	10.869	23.971	(1.758)	22.213
Eventual	A- pela Standard & Poor's	39	(26)	13	37	(9)	28
Eventual	AA- pela Standard & Poor's	1.179	(60)	1.119	994	(56)	938
Local	A- pela A. M. Best Company	21.627	(2.295)	19.332	16.224	(2.314)	13.910
Local	A+ pela Standard & Poor's	36.755	(44)	36.711	10.410	(11)	10.399
Local	AA- pela Standard & Poor's	3.361	(4)	3.357	3.553	(4)	3.549
Total		75.530	(4.107)	71.423	55.196	(4.153)	51.043



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outros créditos operacionais

Registra, basicamente, os recebimentos e pagamentos operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R\$ 127.457 em 30 de junho de 2025 (R\$ 113.854 em 31 de dezembro de 2024). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

9. Ativos de resseguros

As provisões técnicas referentes as operações de resseguros contratadas pela Companhia, com o intuito de mitigar os riscos assumidos, registradas no ativo circulante e não circulante, são as seguintes:

	30/06/2025	31/12/2024
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados – IBNR	44.342	40.580
Recuperação de indenização de sinistro	59.167	71.425
Prêmio de resseguro diferido	22.283	56.359
Redução ao valor recuperável	(169)	(196)
Total	125.623	168.168
Circulante	73.523	111.428
Não circulante	52.100	56.740

10. Títulos e créditos a receber

Os títulos e créditos a receber, registrados no ativo circulante, são compostos basicamente por dividendos a receber das controladas e coligadas e valores a receber das empresas do Grupo Icatu, por reembolso, referentes ao contrato de compartilhamento de despesas em comum.

	30/06/2025	31/12/2024
Dividendos	222	222
Créditos a receber	15.377	21.953
Total	15.599	22.175

11. Créditos tributários e previdenciários

11.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar, registrados no ativo circulante são compostos por tributos apurados e lançados, para pagamentos de curto prazo, como a seguir:

Impostos a recuperar	30/06/2025	31/12/2024
Imposto de renda	13.202	13.191
Contribuição social	6.838	6.846
COFINS	1.166	1.192
PIS	110	116
Outros	6.235	4.689
Total	27.551	26.034

11.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica "Créditos tributários e previdenciários":

	Saldo em 31/12/2024	Constituições	Realizações/ Reversões	Saldo em 30/06/2025
Imposto de renda diferido	174.557	661.660	(705.182)	131.035
Prejuízos fiscais	44.766	4.567	(11.282)	38.051
Diferenças temporárias	72.305	8.301	(20.690)	59.916
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	57.486	635.745	(647.117)	46.114
Ajuste VJORA (*)	-	13.047	(26.093)	(13.046)
Contribuição social diferida	102.133	395.598	(423.410)	74.321
Base negativa	24.258	1.344	(7.069)	18.533
Diferenças temporárias	43.383	4.980	(12.414)	35.949
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	34.492	381.446	(388.271)	27.667
Ajuste VJORA	-	7.828	(15.656)	(7.828)
PIS e COFINS diferidos	47.730	2.138	(292)	49.576
PIS e COFINS diferidos	47.730	2.138	(292)	49.576
Total de créditos fiscais diferidos	324.420	1.059.396	(1.128.884)	254.932
Passivo - não circulante				
Imposto de renda diferido	4.073	43.214	(37.790)	9.497
IR debêntures incentivadas	4.073	43.214	(37.790)	9.497
Total de débitos fiscais diferidos	4.073	43.214	(37.790)	9.497
Total de créditos e débitos diferidos	320.347	1.016.182	(1.091.094)	245.435

(*) Com a entrada em vigor da Circular nº 678/2022, a Companhia optou por contabilizar a contrapartida de alterações na PCC, decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros, em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no patrimônio líquido. No primeiro semestre de 2025, foi reconhecido o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre esses valores.

	Saldo em 01/01/2024	Constituições	Realizações/ Reversões	Saldo em 31/12/2024
Imposto de renda diferido	123.655	398.557	(347.655)	174.557
Prejuízos fiscais	55.207	9.435	(19.876)	44.766
Diferenças temporárias	61.486	29.976	(19.157)	72.305
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	6.962	359.146	(308.622)	57.486
Contribuição social diferida	72.953	238.383	(209.203)	102.133
Base negativa	31.886	4.909	(12.537)	24.258
Diferenças temporárias	36.890	17.987	(11.494)	43.383
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	4.177	215.487	(185.172)	34.492
PIS e COFINS diferidos	44.893	4.309	(1.472)	47.730
PIS e COFINS diferidos	44.893	4.309	(1.472)	47.730
Total de créditos fiscais diferidos	241.501	641.249	(558.330)	324.420
Passivo - não circulante				
Imposto de renda diferido	1.413	49.033	(46.373)	4.073
IR debêntures incentivadas	1.413	49.033	(46.373)	4.073
Total de débitos fiscais diferidos	1.413	49.033	(46.373)	4.073
Total de créditos e débitos diferidos	240.088	592.216	(511.957)	320.347

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, provisões de PIS e COFINS diferidos, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela administração indicando que a projeção de resultados aponta para a apuração de lucros tributáveis nos



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa contabilizados em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

Prejuízo fiscal e base negativa – 2025 a 2026		
2025	33.622	59,42%
2026	22.962	40,58%
Total	56.584	100,00%
Diferenças temporárias – 2025 a 2035		
2025	3.901	4,07%
2026	4.563	4,76%
2027	5.551	5,79%
2028	6.682	6,97%
2029	7.976	8,32%
2030 a 2035	67.192	70,09%
Total	95.865	100,00%

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Imposto de renda/Contribuição social	30/06/2025	31/12/2024
Provisão contingências trabalhistas	1.610	1.696
Provisão contingências cíveis	13.298	11.210
Provisão contingências fiscais	9.732	9.829
Redução ao valor recuperável	20.702	27.257
Provisão excedente técnico	36.677	24.263
Fundo de <i>marketing</i>	8.510	17.379
PIS exigibilidade suspensa	37.727	36.602
COFINS exigibilidade suspensa	166.446	161.175
Outras provisões – ágio	10.004	10.004
Obrigações a pagar – provisão	1.531	5.545
Outras receitas – atualização depósito judicial	(115.810)	(108.114)
Participações nos resultados – PLR	98.811	140.103
PIS e COFINS diferidos	(49.576)	(47.729)
Total das provisões temporárias	239.662	289.220
Alíquota aplicada - IRPJ – 25%	59.916	72.305
Alíquota aplicada - CSLL – 15%	35.949	43.383
Total	95.865	115.688

12. Outros valores e bens

12.1. Débitos diversos

O arrendamento comporta substancialmente aluguéis de veículos, imóveis e *notebooks* e a amortização conforme nota 3.6, acompanha o tempo de vigência dos contratos, com taxas de 0,6% a 8,2% ao mês. A movimentação está apresentada a seguir:



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2024	Amortização / Movimentação	Saldo em 30/06/2025
Ativo			
Imóveis	239.763	12.569	252.332
Equipamentos	580	(183)	397
Veículos	3.113	(492)	2.621
Total	243.456	11.894	255.350
Não circulante	243.456	11.894	255.350
Passivo			
Circulante	26.634	3.617	30.251
Não circulante	226.892	8.071	234.963
Total	253.526	11.688	265.214

	Saldo em 01/01/2024	Amortização / Movimentação	Saldo em 31/12/2024
Ativo			
Imóveis	250.379	(10.616)	239.763
Equipamentos	1.927	(1.347)	580
Veículos	2.196	917	3.113
Total	254.502	(11.046)	243.456
Circulante	254.502	(11.046)	243.456
Passivo			
Circulante	25.139	1.495	26.634
Não circulante	236.894	(10.002)	226.892
Total	262.033	(8.507)	253.526

Arrendamentos a pagar	30/06/2025	31/12/2024
Arrendamentos a pagar	282.077	284.547
Juros de arrendamento	(16.863)	(31.021)
Total	265.214	253.526
Circulante	30.251	26.634
Não circulante	234.963	226.892



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimentos

13.1 Composição dos investimentos

A Companhia possui a totalidade de seus investimentos em controladas e coligadas em empresas brasileiras, exceto quanto a *Icatu S.A de Capitalización y Ahorro*, que é uma empresa argentina, que não está operacional. A composição desses investimentos é a seguinte:

	Quantidade	e de Ações	Quantidade	% de	Total de	Total de Passivos	Total das	Capital	Patrimônio	Total das	Lucro	Investi	mento	Resultado	Patrimonial
Investimentos	ON	PN	de Cotas	Participação	Ativos	Líquidos de Provisões Judiciais	Provisões Judiciais	Social	Líquido	Receitas	Líquido (Prejuízo)	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	30/06/2024
Icatu Capitalização S.A.	810.894.586	-	-	100,00%	3.110.038	2.802.711	57.841	211.484	249.486	988.313	34.076	249.486	227.637	34.076	57.556
Brasilcap Capitalização S.A.	54.010.799	12.833.569	-	16,70%	13.902.523	11.632.298	1.338.693	354.398	931.532	1.508.109	127.680	155.537	134.200	21.319	23.561
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A.	1.000	-	-	100,00%	591.710	530.174	13.815	2.000	47.721	229.073	111.148	47.721	20.672	111.148	69.772
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	3.316.721	-	-	100,00%	6.858	16	2.231	4.699	4.611	-	61	4.611	4.550	61	(69)
Itumbiara Participações Ltda.	-	-	6.255.616	44,89%	13.232	6	-	13.424	13.226	-	(197)	5.934	6.023	(89)	(120)
Icatu Assessoria S.A. (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47.798	-	42.297
Vanguardacap Capitalização S.A.	12.000.000	-	-	100,00%	21.889	1.148	146	12.000	20.595	-	6.302	20.595	14.293	6.302	490
Icatu Correspondente Bancário Ltda.	-	-	100.000	100,00%	1.873	51	-	100	1.822	958	385	1.822	1.437	385	264
Outras participações societárias												3	4	(1)	(1)
Total das Participações Acionárias												485.709	456.614	173.201	193.750
Outros investimentos (a)												92	92	-	-
Total de investimentos/resultado patrimonial												485.801	456.706	173.201	193.750

⁽a) Obras de arte.

^(*) Para fins de restruturação societária do Grupo Icatu, a Icatu Assessoria S.A. foi incorporada pela Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A., também controlada integral da Companhia, em 1º de janeiro de 2025. O laudo de avaliação foi emitido em 31 de outubro de 2024 e a incorporação foi efetivada considerando os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024. A operação foi feita a valores contábeis e o acervo líquido da operação é de R\$ 47.798, cujo montante representou um acréscimo patrimonial para a incorporadora.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, a movimentação das principais participações acionárias da Companhia:

	Saldo em 01/01/2024	Reduções	Dividendos	Ajuste TVM	Outros ajustes de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2024	Adições	Reduções	Dividendos	Ajuste TVM	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2025
Icatu Capitalização S.A.	286.263	-	(134.485)	(7.675)	(1.296)	84.830	227.637	-	-	(15.262)	3.035	34.076	249.486
Brasilcap Capitalização S.A.	127.935	-	(43.703)	3.088	-	46.880	134.200	-		-	18	21.319	155.537
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A.	103.090	(4.718)	(217.198)	(15.382)	75	154.805	20.672	47.798	-	(134.537)	2.640	111.148	47.721
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	5.236	-	-	-	-	(686)	4.550	-	-	-	-	61	4.611
Itumbiara Participações Ltda.	6.253	-	-	-	-	(230)	6.023	-		-	-	(89)	5.934
Icatu Assessoria S.A.	119.486	(68.198)	(79.077)	(1.011)	-	76.598	47.798	-	(47.798)	-	-	-	-
Vanguardacap Capitalização S.A.	13.581	-	(221)	-	-	933	14.293	-	-	-	-	6.302	20.595
Icatu Correspondente Bancário	753	-	-	-	-	684	1.437	-	-	-	-	385	1.822
Outras participações societárias	5	-	-	-	-	(1)	4	-	-	-	-	(1)	3
Total	662.602	(72.916)	(474.684)	(20.980)	(1.221)	363.813	456.614	47.798	(47.798)	(149.799)	5.693	173.201	485.709



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado

O ativo imobilizado é composto por bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, as quais tendem a beneficiar o Grupo Icatu por mais de um exercício.

	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo em 30/06/2025
Equipamentos	20%	11.843	8.434	(1)	-	(2.544)	17.732
Móveis, máquinas e utensílios	10%	5.250	83	(6)	-	(446)	4.881
Outras imobilizações (*)	20%	10.606	396	-	46	(3.232)	7.816
Imobilizado em andamento	-	45	354	-	(46)	-	353
Total		27.744	9.267	(7)	-	(6.222)	30.782

	Taxa anual de depreciação	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Equipamentos	20%	10.768	5.363	(86)	-	(4.202)	11.843
Móveis, máquinas e utensílios	10%	6.016	134	(8)	-	(892)	5.250
Outras imobilizações (*)	20%	16.019	816	-	152	(6.381)	10.606
Imobilizado em andamento	-	151	46	-	(152)	-	45
Total		32.954	6.359	(94)	-	(11.475)	27.744

^(*) Referem-se a benfeitorias.

15. Intangível

Os intangíveis são compostos da seguinte forma:

	Taxa anual de amortização	Saldo em 31/12/2024	Adições	Amortização	Saldo em 30/06/2025
Desenvolvidos internamente		303.134	15.295	(10.595)	307.834
Marcas e patentes	-	71	-	-	71
Sistemas de computação	20%	303.063	15.295	(10.595)	307.763
Adquiridos de terceiros		165.583	-	(5.303)	160.280
Sistemas de computação	20%	4.353	-	-	4.353
Balcão de vendas (*)	-	161.230	-	(5.303)	155.927
Total		468.717	15.295	(15.898)	468.114

	Taxa anual de amortização	Saldo em 01/01/2024	Adições	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Desenvolvidos internamente		274.985	52.637	(24.488)	303.134
Marcas e patentes	-	71	-	-	71
Sistemas de computação	20%	274.914	52.637	(24.488)	303.063
Adquiridos de terceiros		176.874	-	(11.291)	165.583
Sistemas de computação	20%	4.353	-	-	4.353
Balcão de vendas (*)	-	172.521	-	(11.291)	161.230
Total		451.859	52.637	(35.779)	468.717

^(*) Registra o valor pago pela compra do direito de comercialização, em caráter de exclusividade, de produtos de seguros de pessoas e previdência nos canais de distribuição de parceiras, que são elas: Banco do Nordeste (BNB), Banese, Guia-Bolso, Banco Inter e Azimut. Amortizado pelo prazo de vigência dos contratos que varia de 5 a 20 anos.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Obrigações a pagar e outras contas a pagar

As principais obrigações a pagar são apresentadas a seguir:

16.1. Obrigações a pagar

	30/06/2025	31/12/2024
Fornecedores	5.445	4.453
Participação nos lucros a pagar (a)	24.124	39.079
Pagamentos a realizar (b)	21.755	22.986
Outras – portabilidades e PGBL (c)	2.567	12.180
Provisão fundo de <i>marketing</i> (d)	8.510	17.379
Obrigações a pagar – campanhas (e)	-	950
Outras contas a pagar (f)	5.932	15.853
Passivo circulante	68.333	112.880
Participação nos lucros a pagar (a)	74.687	101.025
Passivo não circulante	74.687	101.025
Total	143.020	213.905

- (a) Referem-se aos valores a pagar à funcionários, conforme convenção interna, referente a participação nos lucros, para os programas de curto e longo prazos;
- (b) São pagamentos a efetuar relacionados a sinistros, comissões, prêmios e renda;
- (c) Referem-se aos pagamentos a efetuar para outras instituições, relacionadas a portabilidades;
- (d) São verbas destinadas e provisionadas as despesas com marketing, em percentuais definidos em contratos com parceiros;
- (e) Referem-se a provisões de campanhas junto a parceiros e corretores para apuração no exercício seguinte;
- (f) Estão relacionadas as provisões de despesas da Companhia, contratos e outras relacionadas a benefícios e descontos de folha dos funcionários;

16.2. Outras contas a pagar

	30/06/2025	31/12/2024
Outras contas a pagar (a)	173.486	142.609
Outros pagamentos a efetuar (b)	21.639	13.896
Total passivo circulante	195.125	156.505

- (a) Valores definidos em contratos de parceria destinados à distribuição de resultados decorrentes de superávit; e
- (b) São valores a pagar, referentes a divisão de resultados, conforme acordo contratual com os parceiros Swiss Life e Insurope.

17. Impostos e encargos sociais a recolher

São valores apurados e devidos, referentes a tributos e encargos sociais, com exigibilidade no curto prazo:

	30/06/2025	31/12/2024
IR retido na fonte a recolher	26.733	23.443
Impostos sobre serviços a recolher	3.628	4.464
Impostos sobre operações financeiras	4.844	3.586
Contribuições previdenciárias	6.478	6.607
Outros impostos e encargos sociais a recolher	2.695	2.701
Total	44.378	40.801



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Impostos e contribuições

São os impostos e contribuições apurados e lançados, para pagamentos de curtíssimo prazo:

	30/06/2025	31/12/2024
IR	3.277	-
CSLL	2.797	-
COFINS	11.322	9.035
PIS	1.840	1.466
Outros impostos	-	2
Total	19.236	10.503

19. Débitos das operações – operações com seguradoras e resseguradoras

Essas obrigações são referentes aos contratos de cosseguros e resseguros cedidos, que a Companhia adquire com o intuito de mitigar os riscos assumidos perante os segurados, estratégia que faz parte do gerenciamento dos riscos de suas operações. Adicionalmente, há obrigações com o pagamento de pró-labore e comissões, referente a esses mesmos contratos, bem como a estimativa atuarial para àqueles contratos com risco vigentes e não emitidos. A seguir, a composição desses montantes:

	30/06/2025	31/12/2024
Prêmios de cosseguro cedido emitido	2.971	3.607
Prêmios de cosseguro cedido a liquidar	5.889	6.610
Total de operações com seguradoras	8.860	10.217
	20/05/2025	24 /12 /2024
	30/06/2025	31/12/2024
Prêmios de resseguro cedido emitido	31.435	77.961

Prêmios de resseguro cedido emitido	31.435	77.961
Prêmios de resseguro cedido a liquidar	16.017	8.412
Total de operações com resseguradoras	47.452	86.373

	30/06/2025	31/12/2024
Comissões riscos emitidos diretos (*)	37.821	39.454
Comissões a pagar e RVNE	101.430	85.293
Pró-labore emitido	18.243	10.754
Pró-labore a pagar	14.584	4.390
Outros	257	173
Total de corretores de seguros e resseguros	172.335	140.064

^(*) No primeiro semestre de 2025, a Companhia constituiu R\$ 5.351 de redução ao valor recuperável de comissões a pagar com base em estudo técnico. A avaliação da Companhia indica que a expectativa de não recebimento do prêmio deve ser considerada na expectativa de não pagamento ao respectivo corretor, minimizando os impactos da perda estimada.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Depósitos de terceiros

São prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, arrecadados pela Companhia, cujas apólices e certificados encontram-se em processo de emissão, e as parcelas de prêmios recebidas encontram-se em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

	30/06/2025	31/12/2024
1 até 30 dias	106.088	118.418
31 até 60 dias	68	1.644
61 até 120 dias	2.128	3.579
121 até 180 dias	882	907
181 até 365 dias	2.413	2.245
Mais de 365 dias	3.120	2.199
Total	114.699	128.992



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos – seguros

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

		30/0	6/2025			31/12	/2024	
Provisões técnicas - seguros	Pessoas	Vida individual	Vida com cobertura por sobrevivência	Total	Pessoas	Vida individual	Vida com cobertura por sobrevivência	Total
Circulante								
Prêmios não ganhos	675.207	7.559	-	682.766	608.137	5.917	-	614.054
Prêmios não ganhos - RVNE	116.727	8	-	116.735	96.558	29	-	96.587
Sinistros a liquidar administrativo	291.238	3.027	-	294.265	271.681	1.486	-	273.167
Sinistros a liquidar judicial	17.222	517	-	17.739	22.338	545	-	22.883
Sinistros ocorridos mas não avisados	367.219	25.446	-	392.665	340.652	29.434	-	370.086
Benefícios a conceder	42	730	5.305.490	5.306.262	26	503	5.098.198	5.098.727
Benefícios concedidos	-	21	12.924	12.945	-	21	11.988	12.009
Excedente financeiro	-	-	300	300	-	-	14	14
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	1.747	39	-	1.786	1.869	20	-	1.889
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	21	47	5	73	16	39	5	60
Excedente técnico	34.071	-	-	34.071	29.076	-	-	29.076
Resgates e/ou outros valores a regularizar	3.655	5.240	181.271	190.166	98	4.673	78.259	83.030
Total circulante	1.507.149	42.634	5.499.990	7.049.773	1.370.451	42.667	5.188.464	6.601.582
Não circulante								
Prêmios não ganhos	797.365	-	-	797.365	753.388	-	-	753.388
Sinistros a liquidar administrativo	7.191	67	-	7.258	5.972	33	-	6.005
Sinistros a liquidar judicial	147.084	3.555	-	150.639	153.519	3.737	-	157.256
Sinistros ocorridos mas não avisados	236.190	7.393	-	243.583	232.259	7.982	-	240.241
Benefícios a conceder	20.847	288.800	25.907.091	26.216.738	14.204	203.139	24.894.253	25.111.596
Benefícios concedidos	-	50	121.274	121.324	-	56	113.350	113.406
Excedente financeiro	-	-	37	37	-	-	29	29
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	6.220	178	-	6.398	6.013	52	-	6.065
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	504	698	24	1.226	420	485	25	930
Total não circulante	1.215.401	300.741	26.028.426	27.544.568	1.165.775	215.484	25.007.657	26.388.916
Total	2.722.550	343.375	31.528.416	34.594.341	2.536.226	258.151	30.196.121	32.990.498



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2025			31/12/2024				
	Pessoas	Vida com Pessoas Vida Individual Cobertura por Total Sobrevivência			Pessoas	Vida Individual	Vida com Cobertura por Sobrevivência	Total
Custos de aquisição diferidos – seguros								
Circulante	369.209	18.135	4.263	391.607	323.331	14.784	3.892	342.007
Não circulante	408.093	42.842	13.937	464.872	385.251	35.630	13.389	434.270
Total	777.302	60.977	18.200	856.479	708.582	50.414	17.281	776.277

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Provisões técnicas – seguros	Saldos em 31/12/2024	Constituições	Baixas/Amortizações	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2025
Prêmios não ganhos	1.367.442	178.085	(65.396)	-	1.480.131
Prêmios não ganhos – RVNE	96.587	73.172	(53.024)	-	116.735
Sinistros a liquidar	459.311	1.298.424	(1.296.206)	8.372	469.901
Sinistros ocorridos mas não avisados	610.327	79.487	(53.566)	-	636.248
Benefícios a conceder	30.210.323	4.940.327	(5.801.192)	2.173.542	31.523.000
Benefícios concedidos	125.415	9.840	(7.459)	6.473	134.269
Excedente financeiro	43	568	(298)	24	337
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	7.954	3.246	(3.016)	-	8.184
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	990	515	(206)	-	1.299
Excedente técnico	29.076	13.891	(8.896)	-	34.071
Resgates e/ou outros valores a regularizar	83.030	597.896	(490.948)	188	190.166
Total	32.990.498	7.195.451	(7.780.207)	2.188.599	34.594.341



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões técnicas – seguros	Saldos em 01/01/2024	Constituições	Baixas/Amortizações	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2024
Prêmios não ganhos	996.665	473.796	(103.019)	-	1.367.442
Prêmios não ganhos – RVNE	85.791	141.645	(130.849)	-	96.587
Sinistros a liquidar	413.155	2.339.237	(2.312.417)	19.336	459.311
Sinistros ocorridos mas não avisados	571.402	591.094	(552.169)	-	610.327
Benefícios a conceder	28.085.318	9.645.367	(9.299.105)	1.778.743	30.210.323
Benefícios concedidos	106.797	23.437	(14.171)	9.352	125.415
Excedente financeiro	47	902	(959)	53	43
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	10.892	12.152	(15.090)	-	7.954
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	-	1.663	(673)	-	990
Excedente técnico	13.117	26.883	(10.924)	-	29.076
Resgates e/ou outros valores a regularizar	91.591	890.879	(899.686)	246	83.030
Provisão complementar de cobertura	407	178	(1)	(584)	-
Total	30.375.182	14.147.233	(13.339.063)	1.807.146	32.990.498



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2024	Constituições	Amortizações	Saldo em 30/06/2025
Custo de aquisição diferido	776.277	300.032	(219.830)	856.479
Total	776.277	300.032	(219.830)	856.479

	Saldo em 01/01/2024	Constituições	Saldo em 31/12/2024
Custo de aquisição diferido	546.088	230.189	776.277
Total	546.088	230.189	776.277

21.1. Análise de sensibilidade - seguros

Os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado. As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada e o *stress* de 10% na sinistralidade mostrou-se adequado e suficiente para a cobertura das oscilações.

Abaixo, o resultado do teste de sensibilidade dos cenários simulados:

		Efeito bruto no resultado e no patrimônio líquido				
		30/06/2025 31/12/2024				
Variável	Premissas	Bruto de	Líquido de	Bruto de	Líquido de	
		Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	
Sinistralidade	Aumento de 10% na sinistralidade	(34.321)	(31.977)	(31.938)	(29.508)	
Sinistralidade	Redução de 10% na sinistralidade	34.321	31.977	31.938	29.508	

22. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos – previdência complementar

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens e, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização, e são compostos da seguinte forma:

		30/06/2025			31/12/2024	
Provisões técnicas - previdência complementar	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Prêmios não ganhos	659	2	661	663	4	667
Prêmios não ganhos – RVNE	31	-	31	33	-	33
Benefícios a conceder	3.479.256	16.986.950	20.466.206	3.442.657	16.808.264	20.250.921
Benefícios concedidos	83.224	675.165	758.389	75.751	614.874	690.625
Sinistros a liquidar administrativo	-	-	-	651	-	651
Sinistros a liquidar judicial	215	-	215	221	-	221
Excedente financeiro	1.637	6.095	7.732	1.261	5.915	7.176
Eventos ocorridos mas não avisados	2.590	-	2.590	2.590	-	2.590
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	3	-	3	3	-	3
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	10	33	43	13	35	48
Resgates e/ou outros valores a regularizar	135.890	-	135.890	103.552	-	103.552
Total	3.703.515	17.668.245	21.371.760	3.627.395	17.429.092	21.056.487



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		30/06/2025		31/12/2024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Custo de aquisição diferidos	1.667	11.680	13.347	1.720	10.645	12.365
Total	1.667	11.680	13.347	1.720	10.645	12.365

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Provisões técnicas	Saldos em 31/12/2024	Constituições	Baixas/ Amortizações	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2025
Prêmios não ganhos	667	257	(263)	-	661
Prêmios não ganhos – RVNE	33	14	(16)	-	31
Benefícios a conceder	20.250.921	2.120.205	(3.345.272)	1.440.352	20.466.206
Benefícios concedidos	690.625	72.584	(45.421)	40.601	758.389
Sinistros a liquidar	872	222	(888)	9	215
Excedente financeiro	7.176	748	(587)	395	7.732
Eventos ocorridos mas não avisados	2.590	-	-	-	2.590
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	3	2	(2)	-	3
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	48	14	(19)	-	43
Resgates e/ou outros valores a regularizar	103.552	361.322	(330.594)	1.610	135.890
Provisão complementar de cobertura	-	-	(1.240)	1.240	-
Total	21.056.487	2.555.368	(3.724.302)	1.484.207	21.371.760

Provisões técnicas	Saldos em 01/01/2024	Constituições	Baixas/ Amortizações	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2024
Prêmios não ganhos	659	421	(413)	-	667
Prêmios não ganhos – RVNE	40	29	(36)	-	33
Benefícios a conceder	19.659.340	5.299.126	(5.802.789)	1.095.244	20.250.921
Benefícios concedidos	598.340	110.936	(79.537)	60.886	690.625
Sinistros a liquidar	8.865	1.361	(9.745)	391	872
Excedente financeiro	7.576	1.589	(2.855)	866	7.176
Eventos ocorridos mas não avisados	2.793	635	(838)	-	2.590
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	3.986	32	(4.015)	-	3
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	-	541	(493)	-	48
Resgates e/ou outros valores a regularizar	94.222	598.177	(591.210)	2.363	103.552
Provisão complementar de cobertura	33.785	18.612	(794)	(51.603)	-
Total	20.409.606	6.031.459	(6.492.725)	1.108.147	21.056.487

	Saldo em 31/12/2024	Constituições	Amortizações	Saldo em 30/06/2025
Custo de aquisição diferido	12.365	2.943	(1.961)	13.347
Total	12.365	2.943	(1.961)	13.347

	Saldo em 01/01/2024	Constituições	Amortizações	Saldo em 31/12/2024
Custo de aquisição diferido	11.340	2.582	(1.557)	12.365
Total	11.340	2.582	(1.557)	12.365



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.1. Análise de sensibilidade – previdência

As premissas consideradas nas análises foram apuradas com base na experiência observada. Na desistência (transferência de recursos, resgates e/ou cancelamentos), o *stress* de 10% representa o dobro da oscilação média. Na conversão em renda, o incremento de 5% representa um aumento de 50% na média histórica de conversão em renda. Na longevidade, a premissa de 10%, aplicada sobre uma tábua realista, já representa um cenário de *stress*. Com base em dados históricos, um *stress* de 2% na taxa de juros é considerado uma oscilação representativa frente as médias do mercado.

O teste indicou impacto quanto à redução da taxa de juros, como a seguir:

		Efeito bruto no resultado e no patrimônio líquido					
		30/0	5/2025	31/12/2024			
		Bruto de	Líquido de	Bruto de	Líquido de		
Variável	Premissas	resseguro	resseguro	resseguro	resseguro		
Conversão em renda	Aumento de 5% na premissa de conversão em renda	-	-	-	-		
Conversão em renda	Redução de 5% na premissa de conversão em renda	-	-	-	-		
Taxa de juros (*)	Redução de 2% a.a. na taxa de desconto (ETTJ)	(117.440)	(117.440)	(113.442)	(113.442)		
Taxa de juros (*)	Aumento de 2% a.a. na taxa de desconto (ETTJ)	-	-	-	-		
Sobrevivência	Agravo de 10% na taxa de sobrevivência	-	-	-	-		
Sobrevivência	Redução de 10% na taxa de sobrevivência	-	-	-	-		
Taxa de desistência	Redução de 10% na taxa de desistência	-	-	-	-		
Taxa de desistência	Aumento de 10% na taxa de desistência	_	-	_	_		

^(*) O impacto da taxa de juros afetará somente o patrimônio líquido, conforme especificado na nota 3.17.2.

Atualmente, a provisão de benefícios a conceder de planos de benefício definido está superavitária, por esse motivo os *stress* realizados nas premissas de conversão em renda, desistência e sobrevivência não apresentaram impacto no resultado.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Desenvolvimento de sinistros

O desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais bruto de resseguro está demonstrado a seguir:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	412.869	452.989	416.610	471.603	529.389	605.841	1.103.907	952.186	1.129.903	1.387.536	767.069	8.229.902
1 ano após o aviso	466.132	486.187	458.880	528.336	591.913	663.751	1.196.137	982.511	1.115.382	1.375.031	-	7.864.260
2 anos após o aviso	471.869	487.847	463.532	535.403	601.927	675.700	1.207.854	1.001.685	1.126.544	-	-	6.572.361
3 anos após o aviso	480.367	495.283	473.187	539.818	612.421	680.374	1.220.909	1.006.992	-	-	-	5.509.351
4 anos após o aviso	489.740	503.207	482.561	549.147	616.667	682.908	1.219.465	-	-	-	-	4.543.695
5 anos após o aviso	490.280	509.002	486.411	552.939	620.344	686.172	-	-	-	-	-	3.345.148
6 anos após o aviso	494.185	513.654	490.409	549.750	620.782	-	-	-	-	-	-	2.668.780
7 anos após o aviso	491.835	517.945	489.967	550.063	-	-	-	-	-	-	-	2.049.810
8 anos após o aviso	490.908	514.141	488.556	-	-	-	-	-	-	-	-	1.493.605
9 anos após o aviso	490.542	514.244	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.004.786
10+ anos após o aviso	489.481	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	489.481
Estimativa na data-base (2025) (a)	489.481	514.244	488.556	550.063	620.782	686.172	1.219.465	1.006.992	1.126.544	1.375.031	767.069	8.844.399
Pagamentos efetuados (b)	477.774	496.324	473.976	537.535	599.353	670.081	1.205.422	981.019	1.105.432	1.328.351	510.229	8.385.496
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	11.707	17.920	14.580	12.528	21.429	16.091	14.043	25.973	21.112	46.680	256.840	458.903
Sinistros pendentes fora da análise (*)												11.213
Sinistros a liquidar total												470.116

^(*) Os sinistros com aviso anteriores a 2015 estão contemplados no item "sinistros pendentes fora da análise".



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais líquidos de resseguro está demonstrado a seguir:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	392.756	421.662	385.994	424.042	479.664	557.341	1.026.988	884.468	1.066.350	1.279.233	693.966	7.612.464
1 ano após o aviso	440.253	451.296	423.389	474.803	543.951	623.474	1.122.667	921.605	1.065.343	1.268.342	-	7.335.123
2 anos após o aviso	443.927	451.604	427.315	480.494	552.462	633.584	1.133.163	934.689	1.075.935	-	-	6.133.173
3 anos após o aviso	449.274	457.289	433.995	485.243	561.725	641.828	1.144.227	941.367	-	-	-	5.114.948
4 anos após o aviso	455.518	462.768	439.312	492.381	564.708	645.077	1.144.049	-	-	-	-	4.203.813
5 anos após o aviso	458.775	467.059	443.239	494.093	567.251	646.651	-	-	-	-	-	3.077.068
6 anos após o aviso	460.599	470.543	444.636	492.792	567.480	-	-	-	-	-	-	2.436.050
7 anos após o aviso	459.735	471.133	443.144	493.151	-	-	-	-	-	-	-	1.867.163
8 anos após o aviso	459.224	463.857	442.276	-	-	-	-	-	-	-	-	1.365.357
9 anos após o aviso	458.274	462.868	-	-	-	-	-	-	-	-	-	921.142
10+ anos após o aviso	456.644	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	456.644
Estimativa na data-base (2025) (a)	456.644	462.868	442.276	493.151	567.480	646.651	1.144.049	941.367	1.075.935	1.268.342	693.966	8.192.729
Pagamentos efetuados (b)	447.891	454.602	433.917	482.488	552.130	632.806	1.131.185	919.797	1.055.982	1.222.624	456.067	7.789.489
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	8.753	8.266	8.359	10.663	15.350	13.845	12.864	21.570	19.953	45.718	237.899	403.240
Sinistros pendentes fora da análise (*)												7.709
Sinistros a liquidar total												410.949

^(*) Os sinistros com aviso anteriores a 2015 estão contemplados no item "sinistros pendentes fora da análise".



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30/06/2025	31/12/2024
Provisões técnicas - seguros e previdência complementar	55.966.101	54.046.985
Ajustes:		
Depósito judicial	(5.610)	(5.972)
Direito creditório	(147.616)	(119.594)
Custos de aquisição diferidos (redutores)(a)	(652.432)	(597.925)
Provisões técnicas - resseguros (redutores)(b)	(106.832)	(113.778)
Total a ser coberto	55.053.611	53.209.716
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Debêntures	58.074	57.875
Letras Financeiras - LF	137.381	126.139
Certificados de Depósito Bancário – CDB	5.099	5.066
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	3.514	3.298
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	54.778.911	52.543.256
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	452.001	892.210
Equivalente de caixa	27.955	23.149
Total de ativos vinculados	55.462.935	53.650.993
Ativos bloqueio judicial - não vinculado a cobertura de reserva	1.254	1.204
Total de aplicações (c)	55.464.189	53.652.197
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	409.324	441.277

⁽a) Custos de aquisição diferidos: circulante R\$ 393.274 e não circulante R\$ 476.552, total R\$ 869.826 sendo redutores R\$ 652.432 e não redutores R\$ 217.394;

25. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

25.1. Provisão de sinistros a liquidar judicial

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados à contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas na rubrica "Provisão de Sinistros a Liquidar", no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidade da sua realização (notas 21 e 22). Essa expectativa é revista e atualizada semestralmente considerando o período entre o aviso e o respectivo pagamento.

A seguir, apresentamos a posição dos sinistros judiciais a liquidar que estão ligados à contratos existentes:

		30/06/2025		31/12/2024				
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado		
Provável	1.017	138.541	138.541	959	139.046	139.046		
Possível	3.305	431.733	-	3.320	437.094	-		
Remota	19	4.757	-	21	5.220	-		
Total	4.341	575.031	138.541	4.300	581.360	139.046		

⁽b) Ativos de resseguro: circulante R\$ 73.523 e não circulante R\$ 52.100, total de R\$ 125.623 sendo redutores R\$ 106.832 e não redutores R\$ 18.791;

⁽c) Os títulos mensurados ao custo amortizado são apresentados pelo valor de mercado, sendo R\$ 138.620 menor que o valor contábil (R\$ 4.984 menor que o valor contábil em 31/12/2024) (nota 5.1.).



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo, a movimentação das provisões judiciais relacionadas a sinistros e benefícios, registradas como Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2025
PSL judicial	139.046	29.746	(24.788)	(5.463)	138.541
Total	139.046	29.746	(24.788)	(5.463)	138.541
	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
PSL judicial	138.477	66.834	(65.774)	(491)	139.046
Total	138.477	66.834	(65,774)	(491)	139.046

25.2. Provisões judiciais não relacionadas a sinistros/benefícios

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais.

	30/06/2025	31/12/2024
Cíveis	13.299	11.210
Trabalhistas	1.610	1.696
Fiscais	9.075	9.172
Total provisões judiciais não relacionadas a sinistros/benefícios	23.984	22.078
Obrigações fiscais	204.173	197.777
Total provisões judiciais	228.157	219.855

Demonstramos abaixo a abertura dos processos judiciais por probabilidade de perda classificados no passivo não circulante, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados.

	Causas cíveis – não relacionadas a sinistros/benefícios					
	30/06/2025				31/12/2024	
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	501	13.299	13.299	446	11.210	11.210
Possível (*)	2.144	270.954	-	1.641	244.686	-
Remota	31	5.378	-	13	4.888	-
Total	2.676	289.631	13.299	2.100	260.784	11.210

(*) Em 17/07/2023, a Companhia recebeu um requerimento de instauração de arbitragem o qual, de acordo com o parágrafo 92 do CPC 25, ela se reserva o direito de não dar detalhes para preservar sua posição na disputa. A Companhia, com base em avaliação feita por seus assessores, informa que os seus argumentos de defesa são sólidos e a sentença arbitral deve ser favorável aos seus interesses.

		Causas trabalhistas					
	30/06/2025				31/12/2024		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	
Provável	26	1.610	1.610	20	1.696	1.696	
Possível	34	6.602	-	38	6.308	-	
Total	60	8.212	1.610	58	8.004	1.696	



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Causas fiscais					
	30/06/2025				31/12/2024	
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	11	9.075	9.075	12	9.172	9.172
Possível	37	44.764	-	35	42.031	-
Remota	2	279	-	2	262	-
Total	50	54.118	9.075	49	51.465	9.172

A seguir, a movimentação das provisões judiciais não relacionadas a sinistros e benefícios:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2025
Cíveis	11.210	6.853	(3.821)	(943)	13.299
Trabalhistas	1.696	501	(192)	(395)	1.610
Fiscais	9.172	-	(43)	(54)	9.075
Total	22.078	7.354	(4.056)	(1.392)	23.984

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Cíveis	10.766	9.886	(8.556)	(886)	11.210
Trabalhistas	1.695	696	(418)	(277)	1.696
Fiscais	8.866	-	(20)	326	9.172
Total	21.327	10.582	(8.994)	(837)	22.078

25.3. Provisões judiciais – Obrigações fiscais

Na rubrica de "Outras contas a pagar — obrigações fiscais" estavam registradas até 31 de dezembro de 2024 as obrigações referentes ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, onde a Companhia depositou judicialmente e provisionou os montantes até março de 2022 e depois dessa data, passou a pagar.

De acordo com a determinação da SUSEP, em 01º de janeiro de 2025 a Companhia reclassificou os saldos da rubrica "Outras contas a pagar — obrigações fiscais" relacionado as discussões judiciais do PIS e COFINS para rubrica de "Outros débitos - Provisões judiciais". Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de Provisões judiciais.

Demonstramos abaixo a movimentação das obrigações fiscais:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2025
COFINS	161.175	53	5.218	166.446
PIS	36.602	9	1.116	37.727
Total	197.777	62	6.334	204.173

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
COFINS	154.295	96	6.784	161.175
PIS	35.029	16	1.557	36.602
Total	189.324	112	8.341	197.777



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais:

	PIS		COFI	NS	TOTAL		
Tese	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	
Alargamento da base (a)	30.963	26.992	181.948	166.098	212.911	193.090	
Faturamento (b)	8.085	10.679	-	-	8.085	10.679	
Exclusão do ISS da base (c)	-	56	-	348	-	404	
Saldo total 30/06/2025	39.048	37.727	181.948	166.446	220.996	204.173	

	PIS		COFI	NS	TOTAL		
Tese	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	
Alargamento da base (a)	29.961	26.146	176.088	160.896	206.049	187.042	
Faturamento (b)	7.882	10.411	-	-	7.882	10.411	
Exclusão do ISS da base (c)	-	45	-	279	-	324	
Saldo total 31/12/2024	37.843	36.602	176.088	161.175	213.931	197.777	

⁽a) PIS/COFINS: Alargamento da base – Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre – Lei nº 12.973/2014; Discussões vinculadas aos temas STF nº 372 e 1.309 (Recurso Extraordinário nº 1479774);

25.4. Depósitos judiciais e fiscais

A seguir, a composição da rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" classificada no ativo não circulante:

	30/06/2025	31/12/2024
Cíveis	22.393	19.626
Trabalhistas	354	398
Fiscais	232.333	224.840
Total	255.080	244.864

A seguir, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	Saldo em 31/12/2024	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2025
Fiscais (*)	224.840	7.493	232.333
Total	224.840	7.493	232.333

	Saldo em 01/01/2024	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Fiscais (*)	216.977	(5.056)	12.919	224.840
Total	216.977	(5.056)	12.919	224.840

^(*) Principais processos judiciais: PIS/COFINS – Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre – Lei nº 12.973/2014; PIS – Sobre as receitas brutas operacionais de julho de 1997 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997; e PIS – Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

26. Patrimônio líquido

26.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado é de R\$ 640.350, representado por 93.983.477 ações sem valor nominal, sendo 81.472.511 ações ordinárias e 12.510.966 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem

⁽b) PIS – Sobre as receitas brutas operacionais de julho de 1997 em diante – Emenda Constitucional nº 17/1997 e PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988; e

⁽c) ISSQN – Exclusão da base de cálculo de PIS/COFINS – Discussão vinculada ao tema STF nº 118 (Recurso Extraordinário nº 592.616).



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o capital social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital.

26.2. Reservas de capital

As reservas de capital de R\$ 35.577 são compostas pela reserva de ágio na subscrição de ações no valor de R\$ 34.659 e outras reservas de capital no valor de R\$ 918.

26.3. Reservas de lucros

Em 30 de junho de 2025, as reservas de lucros de R\$ 1.227.564 (R\$ 1.442.564 em 31 de dezembro de 2024), são compostas por:

- (i) A reserva legal de R\$ 128.070 é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o valor atinja 20% do capital social ou 30% da reserva legal mais as reservas de capital, conforme legislação em vigor;
- (ii) A reserva estatutária de R\$ 1.099.494 (R\$ 1.314.494 em 31 de dezembro de 2024) contém o montante da reserva estatutária especial, e sua constituição contém o lucro líquido de cada exercício social, após as destinações para reserva legal e dividendos, quando aplicáveis, observando os limites legais de teto, e tem como objetivo, principalmente, a expansão de negócios, como a aquisição de balcões de vendas, carteiras de produtos, empresas e investimentos em tecnologia.

26.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários mensurados na categoria Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), relativos aos títulos próprios, de coligadas e de controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 30 de junho de 2025 era uma perda de R\$ 98.748 (perda de R\$ 110.200 em 31 de dezembro de 2024).

26.6. Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- (a) No mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,
- (b) No máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- (c) No máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido (a)	2.094.008	2.008.291
Ajustes contábeis (b)	(1.241.234)	(1.278.045)
Participação coligadas e controladas	(485.709)	(456.614)
Despesas antecipadas	(6.332)	(5.668)
Créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa	(56.583)	(69.024)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(74.714)	(140.808
Ativos intangíveis	(468.114)	(468.717)
Obras de arte	(92)	(92
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(149.690)	(137.122)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	386.277	424.743
Diferença entre valor mercado e valor dos ativos mensurados ao custo amortizado	(79.232)	(72.516)
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	465.509	497.259
Subtotal PLA – nível	1.239.051	1.154.990
PLA nível 1	649.819	543.054
PLA nível 2	465.509	497.259
PLA nível 3	123.723	114.677
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 (e)	(177.120)	(229.976
PLA (Total) = PL + aj. cont.+ aj. econ. + aj. do exc. de nível 2 e 3 (e = a+b+c+d)	1.061.931	925.014
Capital base (CB) (a)	15.000	15.000
Capital de risco de crédito	112.862	95.671
Capital de risco de subscrição	701.944	651.264
Capital de risco de mercado	49.844	55.269
Capital de risco – redução por correlação	(85.242)	(81.579
Capital de risco – operacional	44.817	43.294
Capital de risco (CR)(b)	824.225	763.919
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	824.225	763.919
Patrimônio líquido ajustado - PLA	1.061.931	925.013
(-) Exigência de capital - CMR	(824.225)	(763.919
Suficiência de capital - R\$	237.706	161.094
Suficiência de capital (% da EC)	129%	121%



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

Ativo		ivo	Pas	sivo	Rece	Receitas		Despesas	
Partes relacionadas	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024	
Icatu Capitalização S.A. (Controlada) (a) (b)	23.682	22.446	-	-	-	-	(25.243)	(20.854)	
Icatu Assessoria S.A. (Coligada) (b) (*)	-	-	_	-	_	39.482	_	-	
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Controlada) (b) (*)	3.228	13.434	-	-	38.077	955	-	-	
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (b) (c)	13	96	(80)	(52)	515	471	(441)	(219)	
Itumbiara Participações Ltda. (Controlada) (b)	-	-	-	-	20	36	-	-	
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Controlada) (b)	-	3	-	-	-	-	-	-	
Vanguardacap Capitalização S.A. (Controlada) (b)	222	230	-	-	1	5	-	-	
Rio Grande Capitalização S.A. (Controlada) (a)	1.466	1.514	-	-	-	-	(1.626)	(1.737)	
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Controlada) (e)	2.196	3.192	(7.249)	(7.790)	22.345	23.342	(49.394)	(51.819)	
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Ligada) (f)	-	-	-	-	-	-	(2.417)	(2.261)	
Brasilcap Capitalização S.A. (Coligada) (g)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Icatu Seguridade S.A (Controlada) (g)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Icatu Correspondente Bancário (Controlada) (g)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Administradores/Acionistas (Outros) (d)	-	-	-	-	-	-	(45.204)	(21.748)	
Total	30.807	40.915	(7.329)	(7.842)	60.958	64.291	(124.325)	(98.638)	

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- (a) Aquisição de títulos de capitalização: títulos de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia;
- (b) Reembolsos de custos administrativos: rateio de despesas comuns a Companhia, suas controladas e ligadas. Os saldos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;
- (c) Valores referentes a taxa de gestão de instrumentos financeiros pela Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda;
- (d) Na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração aos Administradores, conforme determina o Estatuto Social, a ser rateado entre seus membros. Remuneração e benefícios, de curto e longo prazo, pagos aos Administradores, registrada na rubrica "despesas administrativas";
- (e) A Companhia mantém acordo operacional de cosseguro com sua controlada indireta Rio Grande Seguros e Previdência S.A. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;
- (f) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Companhia, destinado a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários; e
- (g) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia.
- (*) Para fins de restruturação societária do Grupo econômico ao qual a Companhia faz parte a Icatu Assessoria foi incorporada pela Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A., controladora indireta da Companhia em 1º de janeiro de 2025.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Principais ramos de atuação – seguros

Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

		30/06/2025			30/06/2024		
Ramos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento	
Vida em grupo	1.239.756	41,23%	31,28%	1.019.096	43,02%	30,64%	
Prestamista	388.060	24,47%	40,92%	335.820	31,65%	41,03%	
Acidentes pessoais	292.071	27,81%	37,75%	227.234	29,52%	36,14%	
Vida individual	152.949	27,51%	42,03%	82.088	41,65%	41,22%	
Rural	126.592	27,49%	33,23%	112.789	31,12%	33,07%	
Outros	8.513	3,14%	0,31%	8.437	5,95%	0,17%	
Total	2.207.941	34,62%	34,57%	1.785.464	38,15%	33,79%	

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo:

		to líquido de ro cedido	Prêmio cedi	do resseguro	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	resseguro retido	Percentual	de retenção	Percentual	ressegurado
Ramos	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Vida em grupo	1.255.891	1.016.401	23.502	260	1.232.390	1.016.141	98,13%	99,97%	1,87%	0,03%
Prestamista	459.780	398.805	-	-	459.780	398.805	100,00%	100,00%	-	-
Acidentes pessoais	320.052	297.876	4.669	3.354	315.383	294.522	98,54%	98,87%	1,46%	1,13%
Vida individual	234.293	133.056	13.104	11.654	221.189	121.402	94,41%	91,24%	5,59%	8,76%
Rural	121.104	114.893	-	-	121.104	114.893	100,00%	100,00%	-	-
Outros	265	182	83	58	182	124	68,68%	68,13%	31,32%	31,87%
Total	2.391.385	1.961.213	41.358	15.326	2.350.028	1.945.887	98,27%	99,22%	1,73%	0,78%



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Prêmio de resseguro por classe de resseguradoras:

	30/06/2025	30/06/2024
Resseguradora local	41.358	15.326
Total	41.358	15.326

29. Detalhamento de contas da demonstração de resultados

29.1. Prêmios ganhos – seguros

	30/06/2025	30/06/2024
Prêmios emitidos	2.425.453	1.989.004
Prêmios emitidos direto	2.458.514	2.037.702
Prêmios cosseguro aceito a congêneres	5.291	5.182
Prêmios cosseguro cedido a congêneres	(67.129)	(76.489)
Prêmios riscos vigentes não emitidos	28.777	22.609
Contribuições para cobertura de riscos	8.241	8.292
Receitas de contribuições planos de repartição simples	4.061	3.992
Receitas de contribuições planos de renda	4.606	4.304
Restituições	(426)	(4)
Variação das provisões técnicas	(225.753)	(211.832)
Variação das provisões técnicas	(225.753)	(211.832)
Total	2.207.941	1.785.464

29.2. Sinistros ocorridos - seguros

	30/06/2025	30/06/2024
Indenizações avisadas	(732.975)	(689.313)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (*)	(25.897)	99
Despesas com sinistros	(5.453)	(3.836)
Despesas com benefícios seguro vida individual (-) VGBL (**)	(12.987)	(3.633)
Recuperação de indenizações	22.671	22.626
Outras despesas com sinistros	(9.833)	(7.482)
Total	(764.474)	(681.539)

^(*) A variação observada na provisão para sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) está relacionada à ausência de necessidade de incremento dessa provisão ao longo do primeiro semestre de 2024.

29.3. Custo de aquisição - seguros

	30/06/2025	30/06/2024
Comissões sobre prêmios emitidos	(625.887)	(578.070)
Recuperação de comissões de cosseguro	17.215	20.229
Variação com despesas de comercialização diferida	79.283	80.112
Pró-labore sobre prêmios emitidos	(144.781)	(79.348)
Outras despesas de comercialização (*)	(89.076)	(46.191)
Total	(763.246)	(603.268)

^(*) A variação observada está relacionada ao aumento das comissões e pró-labore dos produtos de regime de Capitalização e as comissões de riscos vigentes e não emitidos.

^(**) No primeiro semestre de 2025, ocorreu um aumento no volume de avisos de sinistros recebidos pela Companhia assim como redução no volume de recusas/cancelamentos.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29.4. Outras despesas operacionais – seguros

	30/06/2025	30/06/2024
Despesas com cobranças	(9.418)	(6.973)
Provisão para contingências cíveis	(3.540)	(1.696)
Reversão/(constituição) de provisão para riscos de créditos (*)	6.449	(194)
Outras despesas resultado apólices (**)	(168.624)	(90.319)
Despesas com títulos de capitalização	(26.869)	(22.591)
Outras receitas operacionais	5.131	5.361
Total	(196.871)	(116.412)

^(*) No primeiro semestre de 2025, a Companhia passou a constituir, com base em estudo técnico, a redução ao valor recuperável dos valores não recuperados junto aos intermediários, bem como das comissões a pagar.

29.5. Resultado com operações de resseguros - seguros e previdência

	30/06/2025	30/06/2024
Recuperação de indenização – seguros	64.376	64.944
Recuperação de indenização de benefícios – previdência	-	13
Prêmio cedido em resseguro – seguros (*)	(41.358)	(15.326)
Variação dos sinistros ocorridos – seguros (**)	3.761	-
Variação das provisões técnicas – seguros	(33.790)	(29.710)
Variação das provisões técnicas – previdência	(286)	(260)
Outras receitas com resseguro	1.955	1.953
Total	(5.342)	21.614

^(*) Refere-se, principalmente, a pagamento de prêmio de ajuste em resseguro não proporcional em vida.

29.6. Rendas de contribuições e prêmios de VGBL – previdência

	30/06/2025	30/06/2024
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL	2.653.373	2.494.953
Prêmios emitidos	1.918.270	1.761.929
Receitas de contribuições planos de renda	2.672	1.338
Receitas de contribuições planos de contribuição variável	733.357	732.444
Restituições	(926)	(758)
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(2.655.071)	(2.496.128)
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(2.655.071)	(2.496.128)
Total (*)	(1.698)	(1.175)

^(*) A Receita líquida de previdência apresentou saldo negativo no período, majoritariamente, por conta da capitalização atuarial dos produtos de Benefício Definido (BD).

^(**) O aumento observado no excedente técnico é justificado, principalmente, em função do resultado positivo dos parceiros, influenciado pela variação dos prêmios ganhos e de sinistros para estes parceiros no primeiro semestre de 2025.

^(**) A variação observada na provisão para sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) está relacionada à ausência de necessidade de incremento dessa provisão ao longo do primeiro semestre de 2024.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29.7. Variação das outras provisões técnicas – previdência

	30/06/2025	30/06/2024
PPNG – planos de repartição simples	19	23
PPNG – planos de repartição simples RVNE	2	2
PPNG – planos de renda	(14)	(18)
PPNG – planos de renda RVNE	1	2
PVR – planos de renda (*)	104	(1.821)
Provisão com benefícios e resgates (**)	(5.651)	(2.569)
Outras provisões (***)	1.228	4.663
Total	(4.311)	282

^(*) No primeiro semestre de 2024, foi constituída a Provisão de Valores a Regularizar (PRV) para a adequação das alterações da Circular SUSEP nº 678/2022, que passou a considerar as rendas vencidas na provisão.

29.8. Custo de aquisição – previdência

	30/06/2025	30/06/2024
Comissões sobre prêmios emitidos	(24.398)	(27.058)
Despesas com pró-labore	(21.313)	(23.569)
Outras despesas de comercialização	(2.490)	(2.042)
Total	(48.201)	(52.669)

29.9. Despesas administrativas

	30/06/2025	30/06/2024
Pessoal próprio	(132.248)	(122.679)
Serviços de terceiros	(48.081)	(39.566)
Localização e funcionamento	(85.673)	(77.575)
Publicidade e propaganda	(22.658)	(20.227)
Despesas administrativas diversas	(95)	(2.462)
Total	(288.755)	(262.509)

29.10. Despesas com tributos

	30/06/2025	30/06/2024
Impostos	(6.270)	(3.764)
COFINS	(66.073)	(50.758)
PIS	(10.748)	(8.268)
Taxa de fiscalização	(2.993)	(2.993)
Outras despesas com tributos	(536)	(283)
Total	(86.620)	(66.066)

^(**) No primeiro semestre de 2024, houve revisão de premissa de constituição da Provisão de Despesa Relacionada (PDR) para a adequação das alterações da Circular SUSEP nº 678/2022, que passou a segregar a provisão pelo regime financeiro ou repartição, conforme nota 3.16.8.

^(***) A variação observada foi influenciada pela baixa da Provisão Matemática de Benefício Concedido (PMBC), em função do maior volume de término de prazo de concessão observado no primeiro semestre de 2024.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29.11. Resultado financeiro

	30/06/2025	30/06/2024
Custo amortizado	48.197	56.792
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	48.197	56.792
VJORA	73.407	56.896
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	73.407	56.896
VJR	3.808.313	1.936.095
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	3.795.521	1.931.654
Títulos de renda fixa	12.792	4.441
Outras receitas financeiras	8.719	8.261
Total – receitas financeiras	3.938.636	2.058.044
VJR	(123.664)	(696.914)
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	(123.664)	(696.914)
Atualização monetária sobre provisões técnicas – seguros	(2.188.599)	(768.134)
Atualização monetária sobre provisões técnicas – previdência	(1.484.207)	(426.254)
Outras despesas financeiras	(15.302)	(59.887)
Total – despesas financeiras	(3.811.772)	(1.951.189)
Total	126.864	106.855



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Conciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2025		30/06/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	399.587	399.587	368.786	368.786
Participação nos lucros e resultados	(49.563)	(49.563)	(41.362)	(41.362)
Base de cálculo	350.024	350.024	327.424	327.424
Adições	253.047	253.047	215.251	215.251
Adição permanente	986	986	1.027	1.027
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	24.640	24.640	23.897	23.897
Provisão para excedente técnico	20.702	20.702	27.554	27.554
Outras provisões	42.645	42.645	40.050	40.050
Participação nos lucros e resultados	49.563	49.563	17.969	17.969
Tributos e contribuições em questionamento judicial	108.115	108.115	98.357	98.357
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	6.396	6.396	5.466	5.466
Arrendamento mercantil	-	-	931	931
Exclusões	(513.530)	(475.857)	(447.301)	(432.113)
Exclusão permanente	(3)	(3)	-	-
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(22.735)	(22.735)	(21.984)	(21.984)
Provisão para excedente técnico	(27.256)	(27.256)	(26.006)	(26.006)
Outras provisões	(80.787)	(43.114)	(64.530)	(49.342)
Equivalência patrimonial	(173.201)	(173.201)	(193.750)	(193.750)
Tributos e contribuições em questionamento judicial	(115.812)	(115.812)	(105.345)	(105.345)
Participação nos lucros e resultados	(90.855)	(90.855)	(33.836)	(33.836)
PIS e COFINS diferidos	(1.847)	(1.847)	(1.850)	(1.850)
Arrendamento mercantil	(1.034)	(1.034)	-	-
Resultado ajustado	89.541	127.214	95.374	110.562
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	(26.862)	(38.164)	(28.612)	(33.168)
Lucro após as compensações	62.679	89.050	66.762	77.394
Alíquotas oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(15.138)	(13.358)	(16.901)	(11.995)
Reversão de créditos tributários	(19.105)	(13.158)	(13.696)	(8.901)
Despesas com IRPJ/CSLL	(34.243)	(26.516)	(30.597)	(20.896)
Alíquota efetiva – resultado antes dos tributos	9,34%	6,38%	9,34%	6,38%



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA REFERENTE AO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025

Ao Conselho de Administração da Icatu Seguros S.A.

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria (Comitê) da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas: Icatu Capitalização S.A., Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, Vanguardacap Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A. (doravante referidas em seu conjunto como "demais empresas supervisionadas"), foi constituído e funciona de acordo com as normas emanadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), especificamente a Resolução CNSP 432/21 e suas alterações, bem como de acordo com o Estatuto Social da Icatu Seguros S.A. e com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

ATRIBUIÇÕES

O Comitê tem entre suas principais atribuições assessorar o Conselho de Administração: (i) na qualidade e integridade das demonstrações financeiras individuais da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas, previamente à sua divulgação, inclusive as notas explicativas, o relatório da Administração sobre essas demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas; (ii) no cumprimento das disposições legais e regulatórias; (iii) na verificação da qualificação, independência e atuação dos auditores independentes; (iv) na atuação da auditoria interna; e (v) nas atividades de gerenciamento de riscos, de conformidade e de controles internos.

É responsabilidade dos Administradores a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no Brasil, bem como a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade dessas demonstrações financeiras.

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao Conselho de Administração, inclui a verificação da qualidade e aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes e o cumprimento de políticas e normativos definidos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações financeiras.

Os auditores independentes são responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas dos Administradores, dos auditores contábil e atuarial independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, conformidade, controles internos e atuarial, e de outras áreas julgadas necessárias pelos membros do Comitê, além das próprias análises e avaliações efetuadas pelo Comitê.



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVIDADES DO COMITÊ

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria prevê que seus membros se reúnam ordinariamente uma vez a cada semestre e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

As principais atividades e trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria durante o semestre findo em 30 de junho de 2025, compreenderam:

- Reuniões com executivos e profissionais das áreas de Operações, Controladoria, Contabilidade, Tributária, Financeira, Atuarial, Jurídico Contencioso, Tecnologia e Segurança da Informação, Gestão de Riscos, Controles Internos, Conformidade, Auditoria Interna, Produtos e Ouvidoria;
- Revisão do plano anual, acompanhamento dos trabalhos e dos relatórios emitidos pela Auditoria Interna. O Comitê acompanhou, também, a implantação dos planos de ação propostos para mitigação das deficiências ou oportunidades de melhorias nos controles internos identificadas pela Auditoria Interna;
- Avaliação da independência, do planejamento, da execução e resultado dos trabalhos realizados pelos auditores independentes. O Comitê analisou os relatórios emitidos pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas relativas ao período findo em 30 de junho de 2025, bem como sobre os controles internos, cumprimento de dispositivos legais e regulatórios e divulgação de informações contábeis, assim como a implantação das ações propostas para melhoria dos procedimentos e do ambiente de controles internos;
- Ciência dos relatórios emitidos pela Ouvidoria sobre as atividades realizadas no segundo semestre de 2024, bem como a avaliação dos correspondentes resultados apresentados, na forma da regulamentação em vigor;
- Ciência dos relatórios emitidos pelas áreas de Segurança da Informação, Gestão de Riscos e Controles Internos, Prevenção à Perdas e à Lavagem de Dinheiro, Conformidade, Sustentabilidade, na forma da regulamentação em vigor;
- Acompanhamento das atividades executadas pelos Administradores relacionadas com a avaliação e gerenciamento de riscos, gestão do sistema de controles internos e cumprimento dos normativos internos e externos;
- O Comitê também acompanhou, junto às áreas responsáveis, as ações desenvolvidas para implantação dos requerimentos da Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, resultados da avaliação da aplicação de procedimentos de prevenção a fraudes e apuração de reflexos nas demonstrações financeiras. O Comitê também tomou conhecimento dos limites de riscos apreciados pelo Comitê de Riscos, contendo o acompanhamento dos enquadramentos durante o semestre. Foi verificado ainda que a Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas encontram-se dentro dos limites do Apetite a Riscos em 30 de junho de 2025;
- Avaliação da independência, do planejamento, da execução e do resultado dos trabalhos efetuados pelos auditores independentes quanto à adequação das provisões técnicas e correspondentes ativos de cobertura, assim como dos correspondentes pareceres emitidos;



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Reuniões realizadas com a Diretoria abordando aspectos sobre o negócio, resultado dos trabalhos da auditoria interna, cumprimento dos aspectos regulatórios, contingências, provisões atuariais, segurança da informação e apresentação e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras; e
- Os resultados dos trabalhos foram reportados ao Conselho de Administração na reunião semestral para aprovação da divulgação das demonstrações financeiras. Não foram identificados fatos relevantes ou recomendações específicas a serem reportadas ao Conselho de Administração relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Considerando os resultados das atividades desenvolvidas, incluindo a revisão das demonstrações financeiras e as correspondentes notas explicativas, bem como o resultado dos trabalhos efetuados pelos auditores independentes contábil e atuarial, referentes ao exame das demonstrações financeiras intermediárias da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, o Comitê de Auditoria entende que os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos das empresas estão estruturados para propiciar o adequado registro e controle das suas operações, a aderência com os normativos internos, legais e regulatórios e recomenda ao Conselho de Administração a aprovação para divulgação das referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Membro do Comitê

Maria Salete Garcia Pinheiro
Presidente do Comitê

Cristina Maria Cantanhede Amarante Biasotto Mano
Membro do Comitê



Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho de administração

Presidente

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

Conselheiros

Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga Luciano Snel Corrêa

Diretoria

Diretor-Presidente

Luciano Soares

Diretores

Alexandre Petrone Vilardi César Luiz Salazar Saut Marcio de Moraes Palmeira Rachel Ferreira Bonel

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira CRC RJ 076168/0-7

Atuária

Lígia Guedes de Abreu MIBA nº 1.394